

095ª SESSÃO ORDINÁRIA – 05OUT2015

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Guilherme Socias Villela está com a palavra.

O Sr. Guilherme Socias Villela (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento dos médicos do Município Rubem Buss e Mordko Meyer.

O Sr. João Carlos Nedel (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento da mãe do ex-Vereador Beto Moesch, Ilse Teresinha Pretto Moesch.

O Sr. Tarciso Flecha Negra (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Kita, grande jogador de futebol, era centroavante.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Deferimos os pedidos.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

A Sra. Lourdes Sprenger (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem dos trabalhos, para que o Grande Expediente fique para o final da Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Lourdes Sprenger. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

A Ver.^a Titi Alvares está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. TITI ALVARES: Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; quero fazer uso do nosso tempo de Liderança para dizer que, na semana passada, nossa Bancada, do PCdoB, eu e a Ver.^a Jussara Cony – e convido, depois, a todos que queiram somar a essa ação –, protocolamos uma Moção de Apoio ao STF, que declarou

inconstitucionais normas que permitem a empresas doar para campanhas eleitorais, ato que nós consideramos muito importante para, de fato, diminuir desde a raiz, esse problema da corrupção. Não só o STF deu a inconstitucionalidade, a cerca de duas semanas, como também, na semana passada, a Presidenta Dilma vetou o uso de financiamento empresarial para as campanhas eleitorais. Nós consideramos essas duas, portanto, concordâncias de limitação do uso da verba privada, sendo a maior parte dela empresarial, muito importante até porque, se pegarmos as empresas envolvidas no recente caso da operação Lava Jato, a grande maioria delas fez grande uso de contribuição empresarial. Nos últimos anos, os valores das campanhas eleitorais têm ficado cada vez mais caros. Se formos comparar 2010 a 2014, em 2010 o gasto total da campanha, de acordo com o TSE, foi de R\$ 800 milhões. Apenas quatro anos depois, em 2014, de acordo também com o TSE, esse valor de R\$ 800 milhões, em 2010, saltou para R\$ 5,1 bilhões. Quer dizer, esses recursos que aumentam muito, nós acreditamos que têm muita relação com todos esses esquemas de corrupção que acontecem no nosso País.

Na semana passada, esta Casa aprovou uma Moção de Apoio ao juiz Sérgio Moro pelo que desenvolveu na operação Lava Jato. Mas acho que a principal medida para, no mínimo, diminuir muito a corrupção é essa medida tomada pelo STF, que declarou inconstitucionais as normas que permitem a empresas doar para campanhas eleitorais, e pela Presidenta Dilma, que vetou o uso de financiamento empresarial para as campanhas eleitorais, na semana passada.

A Bancada do PCdoB acredita numa reforma política que inclua o fim do financiamento privado e, principalmente, do financiamento empresarial como a principal medida para por fim à corrupção no nosso País. Por isso, pedimos a todas as bancadas que sejam favoráveis à Moção de Apoio que acaba com o financiamento empresarial das campanhas eleitorais, para que consigamos, de fato, ter medidas mais ousadas e que possam ir direto na raiz do problema, onde tudo começa, que é o financiamento das campanhas. E não só para isso, mas também para que possamos, daqui para frente, iniciar um processo de redução dos valores das campanhas eleitorais. Não é possível que a gente quintuple esse valor a cada quatro anos! Não é possível que a nossa população veja essas campanhas cada vez mais caras! Até porque aí a máxima da

democracia, que é uma pessoa, um voto, não acontece quando as campanhas são financiadas prioritariamente pelo setor privado como acontece hoje.

Então, nós defendemos o financiamento público das campanhas eleitorais como forma de diminuição radical dos valores da campanha, e principalmente como forma de diminuição radical da corrupção, que, repito, tem na sua raiz o financiamento privado, sobretudo o financiamento empresarial. Por isso, a Bancada do PCdoB apresentou essa Moção, protocolada quinta-feira da semana passada, e convidamos todos os Vereadores e Vereadoras para que façam eco a essa luta pelo fim da corrupção no nosso País.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, público que nos assiste nas galerias e através da TV Câmara, ontem foi um dia importante para a democracia brasileira, um dia importante para as crianças e adolescentes. Ontem, o Brasil inteiro elegeu os conselheiros tutelares. O povo, de uma forma espontânea, foi às ruas e elegeram os conselheiros tutelares aqui da nossa Cidade. Foram eleitos os conselheiros das regiões de Porto Alegre – Centro, Ilhas, Sul, Norte, Pinheiro, Partenon, Restinga – e os votos foram apurados aqui, nesta Casa. Foram eleitas pessoas que têm um trabalho muito importante. Nesta Casa temos membros que iniciaram a sua vida pública no Conselho Tutelar, como o Ver. Elizandro Sabino, o Ver. Kevin Krieger, se não me falha a memória, iniciaram a sua atividade no Conselho Tutelar. O Conselho Tutelar tem um papel muito importante na vida das famílias, na vida da Cidade e na vida pública dos entes públicos, seja na vida do Prefeito, dos Vereadores e, principalmente, na vida dos agentes de saúde, dos agentes que tratam da área de atendimento à criança e ao adolescente. Na área social, eles dão as condições necessárias a essas crianças, principalmente, na hora de internação, na hora de ter um teto, são os conselheiros tutelares que intermedeiam quando uma criança precisa de um leito hospitalar, precisa de uma CTI, precisa de um medicamento, quando uma criança precisa de um auxílio da polícia, precisa de um auxílio da Justiça, precisa de um auxílio de moradia, é o conselheiro tutelar que faz essa parte. As pessoas têm uma imagem de que o conselheiro

tutelar é aquele agente público que vai lá retirar o filho de dentro de uma família, mas, na verdade, o conselheiro tutelar é uma pessoa que faz todo esse papel importante de buscar o melhor para as crianças através do Estatuto da Criança e do Adolescente, principalmente o bem viver dessas crianças através de coisas necessárias. Como já falei aqui, é o conselheiro tutelar que busca o acesso à educação, a uma escola para essas crianças quando lhes é negada, quando não conseguem uma escola perto de sua casa – é ele que busca essa escola, essa creche, esse atendimento médico.

Então, ontem, na nossa Cidade, nós tivemos este exemplo de democracia, foram eleitos os conselheiros, 50 membros, para ser exato, que vão atuar nessa área defendendo as crianças e os adolescentes. A cidade de Porto Alegre está de parabéns, principalmente as pessoas que ofereceram seu nome, que se disponibilizaram a fazer esse trabalho na defesa das crianças e dos adolescentes, as pessoas que disponibilizaram seu tempo. Porque o conselheiro funciona como um agente de segurança, ele não tem dia, não tem hora e não tem tempo. Apesar de ter um plantão, as pessoas da comunidade, Ver.^a Lourdes, sabem onde está o conselheiro, então, quando tem uma dificuldade, um problema, vão lá e batem na casa dele, buscando e procurando. Então, vida longa aos conselheiros, que Oxalá os ilumine e que as crianças de Porto Alegre encontrem, nos conselheiros, o abrigo e a ajuda necessária. Com muita força, fé e solidariedade vamos dar uma vida digna às crianças de Porto Alegre, do Rio Grande do Sul e de todo o Brasil – foi uma eleição nacional dos conselheiros tutelares no dia de ontem. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Apregoo o Ofício nº 007/2015, de autoria do Ver. Kevin Krieger, que informa que não pôde comparecer à visita ao Hospital Conceição, juntamente com a Comissão de Saúde e Meio Ambiente – COSMAM, no dia 1º de outubro de 2015, pois estava em agenda com o Prefeito José Fortunati.

Apregoo o Memorando nº 028/15, de autoria do Ver. Alberto Kopittke, nos termos do art. 227, § 6º e 7º do Regimento – justificativa de falta –, que comunica a sua participação no III Seminário de Sociologia da Violência e Direitos Humanos, nesta Capital, nos dias 07 e 08 de outubro de 2015.

Aprego o Memorando nº 030/15, de autoria do Ver. Alberto Kopittke, nos termos do art. 227, § 6º e 7º do Regimento – justificativa de falta –, que comunica a sua participação, como debatedor, na audiência pública no Tribunal de Contas do Estado – TCE –, nesta Capital, no dia 05 de outubro de 2015.

A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. LOURDES SPRENGER: Sr. Presidente; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, ocupo esta tribuna para registrar que esta é a Semana Internacional dos Animais, comemorada a partir do dia de São Francisco, que é considerado o defensor da ecologia, e, como os animais estão inseridos no meio ambiente, então ele é o protetor dos animais, e muitas protetoras se dirigem a ele em momentos de dificuldades.

Observei uma grande divulgação, esta semana, na Igreja Católica, onde houve uma bênção aos animais, em igrejas que tradicionalmente não faziam essa bênção e que agora abriram esse espaço para quem tem os seus mascotes, para quem tem aqueles animais resgatados levarem até a Igreja para receberem a bênção. Isso se realizou também na Igreja da Tristeza, Nossa Senhora das Graças; na tradicional Igreja São Francisco, no bairro Santana, que é da Congregação Franciscana; e numa grande clínica em que compareci, na Zona Sul, também houve desfile de animais para doação e bênção de um Padre da Catedral Metropolitana.

Então, isso é muito bom, porque é fé, é solidariedade para uma causa que é questão de saúde pública em que nós, há anos, estamos inseridos.

Então, gostaríamos de comemorar esta semana com programas de maior alcance, com melhores políticas públicas em nível nacional, com alteração de uma portaria que simplesmente acabou com os recursos para o controle populacional, que se podia pactuar através de recursos que tinham para a saúde. E nós estamos inseridos nesse movimento para alterar esse procedimento que ocorreu. Através de portaria, os Municípios, hoje, não podem mais realizar controle populacional por essas verbas, somente controle de zoonoses. E o saldo que teria não poderá ser usado para o que nós tanto buscamos, que é o controle populacional pela esterilização, acarretando a procriação de muitos animais, o abandono deles, gerando muito custo para o Poder Público e para a proteção animal.

Também aproveito este espaço para cumprimentar, igualmente, como o Ver. Janta já mencionou, todos os conselheiros eleitos. Que eles possam fazer um bom trabalho; que

nós possamos circular na periferia com esses adolescentes, com essas crianças com problemas sendo assistidas, realmente; que eles tenham uma infraestrutura para poder dar esse acompanhamento. É isso o que se busca, à medida que essas pessoas são eleitas e têm a sua remuneração.

Para encerrar, nós temos, hoje, a terceira edição da mostra fotográfica Amigos para Sempre, que iniciou aqui na Câmara. Já realizamos essa exposição no Centro Cultural Érico Veríssimo, com uma boa participação. Os segmentos aos quais estamos ligados estarão sendo apresentados, na Assembleia Legislativa, a convite do nosso Presidente da Assembleia, o Deputado Edson Brum, a partir das 17h. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Ilustre Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, nós, hoje, nesta Sessão, temos três projetos extremamente importantes para a nossa Cidade. Primeiro, vamos aprovar o Refis, que é um refinanciamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, importante para recuperar as finanças, tanto do Município como de alguns devedores que não têm condições de pagar à vista os seus débitos. A Prefeitura está dando essa oportunidade de parcelar em até 24 vezes, com redução considerável da multa. É uma oportunidade para esta Casa contribuir com as finanças do Município e também com as empresas da nossa Cidade.

O outro projeto é o da Lei de Diretrizes Orçamentárias que tem o seu relatório final de minha autoria com muita ajuda dos técnicos da Prefeitura que viram a parte legal, institucional.

O terceiro projeto é o que vai desenvolver a Zona Sul. É o projeto do investimento chamado Arado que vai fazer um loteamento, uma área de preservação ambiental e ainda uma doação para uma estação do DMAE para beneficiar a Zona Sul, especialmente Belém Velho.

É importante que os Vereadores estejam conscientes desses projetos que irão realmente alavancar o desenvolvimento da nossa Cidade.

Eu queria trazer aos Srs. Vereadores a minha preocupação com a implantação do Plano Cicloviário na nossa Capital. Porto Alegre tem uma frota de 800 mil veículos, 90 mil motos, ou seja, veículos motorizados. Acontece que nem todos esses veículos circulam em Porto Alegre diariamente, mas supõe-se que aproximadamente 800 a 700 mil veículos motorizados circulem em Porto Alegre, que é uma cidade antiga e não planejada. Então ela tem possibilidade de se fazer ciclovias em certas ruas sem grande prejuízo à mobilidade urbana, hoje liderada pelos veículos motorizados. Esta Casa, sem uma análise técnica profunda, aprovou o Plano Cicloviário, mas viu-se que a sua implantação tem diversos equívocos. Hoje, com a implantação de ciclovias, em alguns pontos, estas ciclovias estão retirando os estacionamentos de estabelecimentos comerciais, e estes estão fechando as portas, atrasando ainda o nosso desenvolvimento, prejudicando a geração de impostos, especialmente incentivando o desemprego.

Eu tenho aqui um levantamento de um restaurante defronte a uma ciclovia, que, durante o dia, tem uma redução de 30% no seu movimento, e, à noite, uma redução de 50% no seu movimento. Já despediu vários funcionários e, se continuar assim, outras empresas terão também a mesma dificuldade.

Então eu alerto, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, para um estudo mais aprofundado sobre o Plano Cicloviário da nossa Cidade. Ninguém pode ser contra as ciclovias, mas elas devem ser adequadas e oferecerem segurança para os próprios ciclistas. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Paulinho Motorista está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. PAULINHO MOTORISTA: Boa tarde, Presidente Mauro, demais Vereadores, público que nos assiste. Estou passando aqui para deixar um abraço e parabéns para todos os idosos, porque dia 1º de outubro foi comemorado o Dia do Idoso. Se falando do idoso, temos que ter o maior carinho, com certeza. Eu, mesmo, trabalhando por 24 anos como motorista de ônibus, de que me orgulho bastante, tive a felicidade de conviver com as pessoas idosas todo o meu dia a dia, com certeza, sempre tive carinho por eles, como eu sempre tive pelos meus pais – falecidos pai e mãe –, então, sempre os tratei com

muito carinho, com respeito. Para quem me viu trabalhar, para quem me conhece, hoje eu chego nos lugares, e as pessoas mostram carinho, quando se aproximam de mim, pelo trabalho que fiz, pela maneira como os tratei no dia a dia. Às vezes, eles tinham dificuldade para subir no ônibus, não vou relatar tudo o que acontecia, porque eles mesmos me acompanham e sabem a maneira como foram tratados por mim. Como eu estava falando com as pessoas, todos nós vamos ficar idosos um dia. Deus nos ajude que cheguemos a uma idade, Ver. Dinho, de sermos considerados idosos; Deus nos ajude que tenhamos saúde para chegar lá. Pedimos que as pessoas tenham sempre o maior carinho pelas pessoas idosas quando elas chegam a um departamento, quando chegam a um hospital para serem atendidos, que sejam atendidos com carinho, com respeito, porque eles merecem todo o respeito do mundo. Na nossa vida todos têm de respeitar a todos. Não é porque a pessoa é idosa que vou deixar para lá, que não vou dar uma informação, ou dar informação errada, ou gritar com a pessoa que já está em uma situação de procurar um atendimento.

Em se tratando deste mês em que comemoramos o mês do idoso, eu deixo aqui um grande abraço para todos eles – que Deus me ajude a chegar lá! – e dizer que as pessoas idosas são importantes, sim. Muitos deles sentavam naquele banco da frente do ônibus, do transporte coletivo que eu dirigia, e eles sempre tinham uma palavra, alguma coisa para me falar, para me contar, com a experiência que tinham para me passar. Às vezes, eu até perguntava alguma coisa para aprender, porque a gente aprende bastante com a experiência das pessoas idosas, que já passaram por muitas coisas. Então, por isso, eu digo, com toda satisfação e com toda alegria, que admiro e respeito bastante os idosos, e estou aqui na tribuna para falar do dia 1º de outubro, o Dia do Idoso, que merece toda a atenção, todo o respeito, todo o reconhecimento, pois passam para nós o seu conhecimento. Por isso, vamos atender os idosos cada vez melhor, para que o nosso País cresça mais e que possamos aproveitar os seus conhecimentos de vida. Devemos tratá-los com o maior carinho possível; eles merecem o respeito de todos, de todas as idades. Todos queremos chegar a uma idade avançada. Que Deus nos dê saúde para a chegarmos lá. Quem me conhece, quem conviveu comigo nas linhas de ônibus de Porto Alegre sabe que foram tratados com carinho e educação. Um grande e apertado abraço. Parabéns pelo Dia do Idoso.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

A SRA. JUSSARA CONY: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, agradeço às companheiras Sofia Cavedon e Fernanda Melchionna me permitirem usar este tempo de Liderança. Início, creio que em nome de todos nós, Vereadores e Vereadoras, mas em nome da oposição, de uma forma especial, cumprimentando todos os homens e mulheres que se submeteram a todo um processo para chegar a ponto de ontem, domingo – durante todo o dia, na cidade de Porto Alegre e no Brasil inteiro –, se elegerem Conselheiros e Conselheiras Tutelares. São todos companheiros e companheiras, aproveito para cumprimentar as eleitas e os eleitos, provados na luta, e que passaram por todas essas etapas e por etapas anteriores do movimento social, do movimento comunitário, da luta da juventude, da luta das mulheres, do movimento sindical e dos movimentos como um todo na busca de direitos, de dignidade para todos e, de uma forma muito especial, para as nossas crianças e para os nossos adolescentes. Bom trabalho e parabéns a todos os futuros Conselheiros e Conselheiras Tutelares da cidade de Porto Alegre.

Venho também, em tempo de Comunicação de Líder pela oposição, trazer uma constatação importante do editor do Tijoloço, Fernando Brito, que ficou chocado com as capas das revistas semanais, quando se descobriu que o Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, do PMDB do Rio de Janeiro, que não saiu em nenhuma capa, tem pelo menos R\$ 5 milhões escondidos em contas secretas na Suíça. E o escritor Fernando Moraes, que historicamente tem se postado em defesa da democracia, da liberdade de imprensa, ficou muito espantado com o desinteresse da mídia nacional pelos milhões do Sr. Eduardo Cunha na Suíça, Presidente da Câmara Federal; aquele que eu tenho chamado de desarquivador-mor de tudo que não presta para o País, principalmente na área da saúde, tentando impedir, sentando em cima do projeto de lei de iniciativa popular que garante 10% da receita tributária bruta para ações e serviços de saúde para todo o Brasil. Aqui está, mais uma vez, o que nós temos dito – democratas, patriotas de uma forma geral –, secundando um grande companheiro de históricas jornadas, que foi Leonel Brizola, quando Brizola dizia da continuidade de uma mídia sustentada por

dinheiro público, com dinheiro do Estado, que deveria estar servindo a políticas públicas, como educação, saúde e cultura, ao nosso próprio desenvolvimento, para ser até articuladora, junto com os setores golpistas, como foram em 1954, em 1964 e agora, para a desestabilização da democracia no Brasil.

Eu lembrei muito o Brizola hoje, porque ele sempre teve a coragem de enfrentar a mídia, ele sempre teve a coragem de posicionar determinados aspectos da mídia na história do Brasil, ele mesmo vítima dessa mídia. Então, por isso eu trago a figura de um homem que deu uma parte importante da sua vida para a democracia do nosso País. Nós atentamos para este Congresso Nacional e vemos toda a tentativa que Eduardo Cunha tem tido no sentido de não garantir a democracia, inclusive com ataques ao Congresso Nacional e à população, ao povo, que quer discutir. Nós queremos estabilidade política para o Brasil, porque é um objetivo imediato para superar o impasse que nós temos. E mais: queremos virar a disputa para o lado do avanço democrático, a disputa política hoje, porque é uma disputa de projeto – um projeto que tem que avançar ainda mais e um projeto que quer retroceder. Nós queremos virar para o lado do avanço democrático e da defesa de maiores conquistas sociais, e isso depende da crescente organização dos trabalhadores e das camadas populares por seus direitos, não bastando somente isso, mas indo além, para elevar a consciência política para um Estado realmente democrático e para uma nação com maior conquista civilizacional, inclusive em relação à nossa soberania, ameaçada com as tentativas de destruir a nossa Petrobras. Quero lembrar hoje, dia 5 de outubro, que o dia 3 foi dia do aniversário da conquista do povo brasileiro, que foi a Petrobras, a que detém a tecnologia, no mundo, de prospecção de petróleo no fundo do mar e uma estatal estratégica que não pode ser derrotada por corrupção, seja de quem for! É uma estatal estratégica e um patrimônio do povo brasileiro, fundamental para o desenvolvimento soberano da nossa Nação. Então, finalizo dizendo que a oposição nesta Casa tem muito claro, mesmo diante de algumas divergências, que a Nação brasileira é uma nação que tem que continuar democrática, soberana e sob a ótica da luta e dos interesses de todos os... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Idenir Cecchim, na condição de Líder da Bancada do PMDB e nos termos do art. 218, § 6º do Regimento, solicita Licença para

pág. 10

Tratamento de Saúde para o Ver. Professor Garcia no período de 5 a 19 de outubro de 2015. A Mesa declara empossado o Suplente, Ver. Dr. Raul Fraga, que integrará a Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude – CECE, em função da impossibilidade de os Suplentes, Ver. Lindomar Antonio Possa e o Ver. André Carús, assumirem a Vereança.

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Boa tarde a todos, Vereadoras e Vereadores. Eu quero aqui agradecer à Bancada do Partido dos Trabalhadores por, neste período de Liderança, poder compartilhar com os senhores e as senhoras a belíssima reunião que aconteceu nesta Câmara, na sexta à noite e no sábado pela manhã e tarde, quando convocamos, na forma de um seminário internacional, porque tínhamos dois palestrantes de fora do País, o Seminário da Escola Cidadã – Desafio para o Século XXI. Tivemos mais de 600 inscritos diante, primeiro, da importante memória dos conceitos que fundamentam o que chamamos de escola cidadã, que teve aqui em Porto Alegre, de 1993 a 1995, a construção dos princípios coletivamente, através de um congresso constituinte, e que compunha a forma de pensar o Estado aqui na Cidade, democratizar este Estado através do Orçamento Participativo. E nós, numa caminhada com todas as comunidades escolares, discutíamos como podíamos desdobrar na educação o que estávamos radicalizando na Cidade: que a cidade de Porto Alegre produzisse suas políticas públicas, priorizasse o seu orçamento. E surgiu e se construiu, em dois anos de diálogo, o que chamamos de Projeto Escola Cidadã, que tinha princípios importantes em, pelo menos, três dimensões: a democratização do acesso à escola – a rede era muito pequena, o atendimento à Educação Infantil era muito pequeno, o desafio de enfrentar a reprovação e a evasão. Com a evasão, havia a outra dimensão, que era o acesso ao conhecimento. Tínhamos 30% de reprovação e 15% de evasão escolar no início daquele debate. E a outra era a dimensão da democratização da gestão da escola, porque entendíamos que se estávamos democratizando a Cidade, convocando a participação social tanto para discutir o plano diretor, o orçamento, com vinte e tantos conselhos temáticos, tínhamos que discutir a política de educação para construir alternativas para que todos e todas pudessem aprender. De 1995 a 2015 são 20 anos de caminhada da Escola Cidadã, que

pág. 11

depois encharcou, desafiou as universidades nos seus estudos, mestrados e doutorados; que se espalhou pela normatização dos conselhos Municipal, Estadual e Nacional, tanto que o ciclo de alfabetização é a origem, sim, do debate de Porto Alegre, de Belo Horizonte, com a Escola Plural, e Brasília, com a Escola Candanga. A nossa Rede Municipal começou e realizou uma profunda reestruturação curricular, que resiste até hoje, que não tem mais a convicção na gestão municipal, que pensa de outra maneira, mas as escolas seguiram produzindo seus currículos, seus espaços novos de aprendizagem, com turmas de progressão, laboratórios de aprendizagem para os alunos e as alunas com dificuldade, as línguas estrangeiras, a força da arte e educação, a força da inclusão. Hoje, as salas de integração e recurso que criamos têm todas as escolas, com apoio e suporte à inclusão. Portanto, esse apelo dessa memória, a necessidade do debate, reuniu aqui centenas de educadores na sexta-feira de noite e sábado pela manhã e pela tarde. Tivemos a colaboração de debatedores do Rio de Janeiro; do Professor Márcio Pochmann, na abertura, falando sobre a conjuntura mundial, nacional e o papel da educação; de educadores como o Professor Bernd Fischer da Alemanha; da professora Maria Benítez, que mora na Alemanha, mas é argentina. Todos trouxeram uma qualidade de atualização dessa Escola Cidadã, problematizando a hegemonia dos testes *standard*, que hoje procuram reduzir a escola ao treinamento de alunos para ter efetividade e sucesso nos testes, para que as escolas melhorem o seu IDEB, as cidades. A discussão de como se faz um currículo para a atualidade, que atraia o interesse da criança e do adolescente, em especial do Ensino Médio. Uma série de debates que revitalizaram, reunificaram educadores, não só das nossas redes, professores estaduais, alunos de magistério, alunos de universidade. Então é uma alegria que esta Cidade tenha marcas importantes, como é o Orçamento Participativo. A sua marca da ousadia na educação mostrou que tem força, que tem vitalidade e tem muito educador e educadora buscando novos caminhos, a partir dessa base forte, construída em prol do direito... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Os temas que foram tratados aqui foram bastante variados, e eu quero começar respondendo ao Ver. João Carlos Nedel sobre a necessidade, sim, de implementação das ciclovias na cidade de Porto Alegre, muito embora essa problemática esteja tardia em função da decisão do Governo Fortunati de mutilar o Plano Diretor Cicloviário, retirando a obrigatoriedade da aplicação dos 20% das multas de trânsito na construção de ciclovias, ciclofaixas e na educação para o trânsito. Mas a opinião que nós temos é justamente o contrário, que a utilização de bicicletas como meio de transporte, inclusive, além de ser benéfico ao meio ambiente, reduzindo a poluição; além de ser benéfica à saúde de milhares de pessoas que passam a usar a bicicleta como meio de transporte, também exercendo atividade física; além de ser benéfica para o trânsito, porque as cidades estão cada vez mais engarrafadas e uma lógica de construir a mobilidade urbana focada no transporte individual só engarrafa ainda mais a Cidade causando mais trânsito, mais poluição, mais estresse, somado, evidentemente, às obras intermináveis que estão sendo feitas na cidade de Porto Alegre, em que muitas eram para ser entregues em 2014 e ainda não o foram. Mas, além disso, o fato de se estimular o uso do transporte individual faz com que esse trânsito, Ver. Prof. Alex, só aumente. evidentemente, porque existe uma lógica de incentivo ao uso do carro, uma lógica que perpassa as recentes políticas de isenção de impostos, que perpassa a ausência de uma política pública de investimento massivo no transporte coletivo, melhorando a qualidade e ao mesmo tempo garantindo com que haja melhores condições para as pessoas usarem o transporte coletivo por ônibus. A política do metrô, que só aparece em ano de eleição ou para aumentar índice construtivo, como nós vimos em um projeto aqui na Câmara de Vereadores, para adensar na volta de um metrô que lamentavelmente é inexistente. Então, na verdade, esse conjunto de políticas ou de ausência de políticas, ou, no caso do transporte coletivo, uma política voltada aos interesses dos donos das empresas de ônibus e não dos cidadãos de Porto Alegre, onde nós vemos os aumentos abusivos da tarifa, sempre acima da inflação; onde nós vemos que a licitação foi uma licitação de cartas marcadas para que fiquem os mesmos operando no setor; onde nós vemos a ausência de uma política de multas pesadas nas empresas, diante dos atrasos, onde nós vemos um ataque aos trabalhadores rodoviários, com jornadas enormes, massacrantes e, ao mesmo tempo, sofrendo com a ausência de políticas públicas de segurança. Então, essa lógica é extremamente prejudicial à Cidade e

à construção de outros modais. E mais: na questão dos comércios, à medida que aproxima as pessoas dos comércios, das quadras, com uma política de mobilidade urbana, obviamente seria benéfico pro setor, para desenvolvimento inclusive econômico. Então, é uma lógica extremamente atravessada, uma lógica que, infelizmente, tem sido dominante nas políticas públicas, inclusive do Governo Fortunati. Nós temos 495 quilômetros voltados para o Plano Diretor Cicloviário, mas isso está muito longe de atingir a todos, pois nós não temos sequer 30 quilômetros efetivados na política municipal de ciclovias e ciclofaixas. Temos materiais extremamente ruins utilizados nas ciclovias que foram feitas; temos ciclovias que atravessam paradas de ônibus; não temos uma lógica que priorize a segurança dos ciclistas; não temos uma lógica de desenvolvimento mesmo desses modais. Nós temos um projeto da nossa bancada, de minha autoria e do então Vereador Pedro Ruas, certamente apoiado pelo meu colega Prof. Alex, para construção de racks nos ônibus para poder, de fato, integrar os modais, e nem isto o Governo Fortunati aceita: integração de modais permitindo que as pessoas pedalem uma parte do seu trecho, andem de ônibus noutra parte do seu trecho, fazendo com que haja, de fato, um incentivo e uma visão completa de mobilidade urbana. Aliás, o Plano de Mobilidade Urbana foi feito numa audiência pública aos 45 minutos do segundo tempo, e o Ver. Marcelo Sgarbossa pode confirmar, diante da necessidade de o Governo Municipal enviar um plano para ter recursos federais e, ao mesmo tempo, sequer teve uma... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...discussão profícua de um plano de fato real de mobilidade urbana. Mesmo com a Frente discutindo a mobilidade urbana aqui na Câmara, mesmo com a intervenção dos cicloativistas, sequer no tema dos aluguéis das bicicletas. Nós fizemos uma audiência na Comissão de Direitos Humanos em 2014 sobre esse tema, fazendo uma série de sugestões, e foram incorporados dentro do plano e do edital as sugestões que visavam à descentralização, à acessibilidade, à melhoria dos aluguéis de bicicleta, como forma de integrar essa política. Quero discordar veementemente do Ver. João Carlos Nedel, deixar nosso registro aqui na tribuna, da necessidade de desenvolver o Plano Diretor Cicloviário, para que possamos, de fato, ter uma mobilidade urbana que respeite e incentive o uso da bicicleta como meio de transporte.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Nereu D'Avila está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. NEREU D'AVILA: Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, senhoras e senhores que nos honram com suas presenças, senhores da imprensa, senhores funcionários, senhoras e senhores, pela primeira vez, no Brasil, houve a unificação das eleições, ontem, 4 de outubro, para os conselhos tutelares. Em Porto Alegre havia 250 candidatos para 50 vagas. Houve uma disputa muito grande, democrática, num dia muito lindo, portanto todos puderam ir, democrática e espontaneamente, sufragar os nomes. Houve também, de parte da Capital, um grande aumento dos que compareceram às urnas: ontem mais de 160 mil porto-alegrenses compareceram para sufragar as 10 regiões dos nossos Conselhos Tutelares. O jornal Zero Hora, hoje, publicou a lista, se pôde verificar que muitos foram reeleitos merecidamente, porque a população acompanha cada vez mais, já que, realmente, é uma responsabilidade muito grande, porque, infelizmente, cada vez acentuam-se mais os problemas domésticos, as desavenças familiares. E o papel dos conselheiros tutelares é muito importante. Então, ao longo do tempo, foram se cristalizando posições de avanço, e o próprio eleitorado foi se dando conta que há de se ter cuidado ao eleger um conselheiro tutelar, porque ele não será chamado para festas de aniversário, efemérides ou eventos familiares; ele será chamado para litígios, para problemas, para desavenças, muitas vezes até para violências em relação a menores.

Em nome da bancada do PDT, queremos parabenizar o processo democrático, a eleição; particularmente, nós do PDT queremos parabenizar o Ver. Delegado Cleiton, cujo filho, não por ser seu filho, mas por ter méritos, foi eleito numa das regiões das dez... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...independentemente de partidos, de ideologias, é cada vez mais importante um Conselho Tutelar.

Inclusive, no início, a Prefeitura era reclamada, porque os conselhos não tinham infraestrutura. Mas hoje podemos dizer que Porto Alegre está num patamar muito bom de avanço e de sedes para os dez conselhos, para valorizá-los cada vez mais. Repito, foi uma disputa sadia, o processo está cada vez mais aperfeiçoado. Anteriormente elegia-se por conjunto, e aí havia pequenas anomalias, porque evidentemente as igrejas, os

próprios partidos, enfim, instituições que queriam influenciar, colocavam em suas chapas alguém que tinha grande prestígio, e este carregava os outros quatro junto consigo. Isso foi corrigido, acho que bem corrigido.

Agora, a eleição é individual, cada candidato tem que ter o seu próprio programa, sua própria presença, o seu próprio valor. Eu creio, então, que embora não seja ainda um processo perfeito, porque, ao longo dos anos, cada vez mais, as demandas vão se caracterizando diferenciadamente, mas o importante é que a eleição foi geral, foi acertada essa data para todo o Brasil. E Porto Alegre viu, então, alguns reeleitos, outros pela primeira vez, outros que já haviam assumido como suplentes e puderam, então, tomar conhecimento de qual a dinâmica do funcionamento desses conselhos. Então, podemos assegurar, com margem de segurança, que esses 50 conselheiros que agora vão tomar posse em janeiro, eleitos ontem, para os dez conselhos de Porto Alegre, da nossa Capital, vão desenvolver, naturalmente, junto com as comunidades, junto com as demandas... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...um trabalho muito importante.

Então, creio que Porto Alegre pode dizer que participou de um processo democrático altamente importante para a convivência dos conflitos familiares, das desavenças, e que esses conselheiros tenham, no ano que vem, no seu trabalho cada vez mais o tirocínio, o entendimento e a capacidade de cada vez mais auxiliar nas diversas regiões da Cidade, para a diminuição de todas as situações conflituosas que, porventura, possam surgir. Então, de nossa parte, creio que Porto Alegre foi muito bem nas eleições para os dez conselhos tutelares na data de ontem. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): (15h21min.) Havendo quorum, passamos à

ORDEM DO DIA

Aprego a Emenda nºs 01 e 02, de autoria dos Vereadores Prof. Alex Fraga e Fernanda Melchionna, ao PLCE nº 019/15.

Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Fernanda Melchionna, solicitando dispensa do envio das Emendas nºs 01 e 02 ao PLCE nº 019/15 à apreciação das

Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Aprego a Emenda nº 03, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, ao PLCE nº 019/15.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 03 ao PLCE nº 019/15 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADO.

Aprego a Emenda nº 04, de autoria do Ver. Kevin Krieger, ao PLCE nº 019/15.

Em votação a dispensa do envio da Emenda nº 04 ao PLCE nº 019/15 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Defiro o Requerimento, de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas nºs 02, 04 e 14 ao PLE nº 024/15.

Defiro o Requerimento, de autoria da Ver.^a Lourdes Sprenger, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas nºs 20, 21, 22, 25, 26 e 27 ao PLE nº 024/15.

Defiro o Requerimento, de autoria da Ver.^a Fernanda Melchionna e outros, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas nºs 15, 16, 17, 18 e 19 ao PLE nº 024/15.

Em discussão o PLCE nº 019/15. (Pausa.) A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir o PLCE nº 019/15.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Eu havia discutido este projeto já durante a tramitação na reunião das comissões conjuntas. Trata-se de um programa do Governo Municipal, que busca que haja o pagamento dos devedores que têm dívidas com relação ao ISS no Município de Porto Alegre. Durante a discussão, nós já fizemos um bom debate, quando vários Vereadores falaram. Nós temos o entendimento, obviamente, de que é necessário ter uma política para rever as dívidas e garantir que os recursos oriundos da tributação entrem no caixa do Município, inclusive com relação à crise do Governo Estadual, à crise das finanças estaduais. Há uma política clara, por parte do Governo, de atacar os servidores, ao invés de buscar combater a sonegação fiscal e outras formas de busca de recursos que permitiriam ao Rio Grande do Sul ter recursos para investir nas áreas sociais, sobretudo no que diz respeito a algo que é sagrado, que é

o salário dos servidores. Isso tem a ver com a suspensão do pagamento da dívida com a União, mas também com o combate à sonegação.

O projeto apresentado pelo Governo Fortunati coloca percentuais de desconto da multa – não dos débitos, não das dívidas relativas aos impostos – para quem renegociar esses valores atrasados. Os que pagarem à vista terão uma redução de 70% dos juros e da multa; os que parcelarem em até 12 vezes, 60%; e os que parcelarem em 18 vezes, uma redução de 50%. Sob o ponto de vista do ISS, tem muitos pequenos comércios, pequenos serviços que pagam esses impostos, e, obviamente, nós somos favoráveis à ideia de que tenham as multas reduzidas para conseguirem quitar essas dívidas com o Município e, num momento de crise econômica, seguirem desenvolvendo as suas atividades, desenvolvendo a economia local. Entretanto, também pagam o ISS grandes grupos capitalistas, como os bancos, que são, no sistema tributário brasileiro, os grupos que, proporcionalmente, menos pagam impostos, seja em comparação com o setor da indústria, com a pessoa física – que paga imposto sobre a renda e sobre o consumo – ou com as pequenas empresas. Nós sabemos que as micro, pequenas e médias empresas são as que mais geram empregos, por um lado, e que também são atoladas, sob o ponto de vista do conjunto de impostos que devem ser pagos.

Pensando nisso, refletindo a partir da discussão que nós fizemos naquele dia, com os Vereadores Cláudio Janta, Kevin Krieger, Idenir Cecchim, que acho que também discutiu a matéria, e outros, nós apresentamos uma emenda excetuando, da aplicação dessa lei, bancos, seguradoras e construção civil como forma de buscar, sim, justiça tributária, como forma de buscar, sim, que quem é grande, quem tem lucros bilionários como os bancos... Nós estamos atravessando uma crise econômica que arrocha o salário do povo, que aumenta a gasolina, a energia, estamos vivendo o maior índice de desemprego desde a década de 90, vemos as políticas dos governos atacarem os trabalhadores ao invés de atacar os ricos. Tenho feito essa crítica sistematicamente aqui nesta tribuna. Neste projeto temos a oportunidade de garantir, sim, a redução da multa para os pequenos, mas, por outro lado, de excluir aqueles que têm lucros exorbitantes e têm, sim, condições de pagar as multas e, ao mesmo tempo, pagar as multas do ISS. Aliás, são cobrados ISS dos bancos graças a um projeto de lei do então Ver. Pedro Ruas, lá na década de 80. Ver. Kevin, eu aproveito e pergunto: nós fizemos uma emenda preventiva revogando o parágrafo 7º da lei, porque ele exclui, pela lei tributária, as pessoas físicas,

profissionais liberais, quando não vinculados a uma clínica ou federação. O parágrafo 2º ou o parágrafo 7º... Fizemos essa emenda preventiva para poder fazer esse debate com o conjunto dos Vereadores... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)
(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Não há mais quem queira discutir. Em votação o PLCE nº 019/15. A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 019/15.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, como as emendas não estão destacadas, encaminharei o projeto e as emendas. Ver. Sgarbossa, como já estava se acelerando, não lhe consultei, mas espero representar a Bancada. Nós sempre temos dúvidas, já expressei isso no primeiro debate sobre essa tema, se benefícios fiscais ao mau pagador não são estimuladores da inadimplência, ou do não cuidado com o pagamento dos impostos devidos? Mas, por outro lado, o que estamos trabalhando aqui é sobre a redução de multas e juros em 50%, com percentuais gradativos. E eu quero aqui, considerando que isso pode levantar recurso, estimular o cidadão e a cidadã, concordar com as duas emendas encaminhadas pelo PSOL. Parece-me bastante razoável que pessoas físicas, profissionais liberais que tenham dívidas com a Prefeitura tenham o mesmo benefício que pessoas jurídicas, porque é uma situação de empreendedorismo individual, muitas vezes, há dificuldades de sobrevivência, e, às vezes, são os que melhor pagam e passam por uma situação diferenciada e não têm esse tipo de suporte. Então, não sei se o Governo vai dar alguma explicação, mas nós votaremos a favor da ampliação para as pessoas físicas. E com relação aos bancos e às grandes empresas, também temos acordo e vamos votar a favor.

No Brasil, são 71 mil pessoas que não pagam imposto de renda, e é exatamente a faixa mais alta de renda e do PIB brasileiro, porque, infelizmente, os nossos impostos são recessivos. Os nossos impostos taxam por demais o consumo, e o consumo pega todos de forma igual: a pessoa que ganha um salário mínimo consome o mesmo feijão da pessoa que ganha dez, vinte salários mínimos. E nós temos condições de diferenciar e fazer progressivos os impostos, taxando percentualmente os que mais ganham. Eu sou defensora do IPTU progressivo. Para explicar à população que nos assiste: o IPTU

progressivo não é – porque é um percentual – quem ganha mais paga mais; temos que alterar o percentual para cobrar mais de quem ganha mais, ou está mais bem localizado, ou mora melhor, com mais infraestrutura, mais perto do Centro, etc., diferenciando em percentual. Isso é fazer justiça social, isso é fazer redistribuição de renda, isso é atenuar a profunda desigualdade pela qual a sociedade brasileira é estruturada, onde há uma grande concentração de renda em uma parte muito pequena da população. Portanto, nós temos acordo com emendas que retiram dos grandes devedores, dos que podem pagar e não têm explicação porque ainda devem para a Prefeitura de Porto Alegre.

E achamos, sim, que todo imposto que vem construir justiça social é um imposto que tem de ser apoiado. Nós temos uma posição favorável à CPMF a partir de uma faixa de renda, de salário. A CPMF é um tributo que pode vir a ser alocado nas áreas estratégicas, como a saúde, em especial. E é um imposto que ajuda a evitar a sonegação, a lavagem de dinheiro e pega, de fato, quem vive de renda, quem circula com muito recurso, aliviando – em contrapartida –, na nossa opinião, o imposto sobre o consumo, principalmente sobre os bens de consumo.

Por isso, encerramos o encaminhamento posicionando-nos, Ver. Marcelo Sgarbossa, contra o aumento linear do ICMS no Estado do Rio Grande do Sul. O Governo Sartori poderia perfeitamente apresentar uma matriz tributária fazendo justiça social e arrecadando mais para o Estado do Rio Grande do Sul. Dessa forma, penaliza os gaúchos de forma linear e, com certeza, produzirá mais recessão e menos emprego; isso não é uma boa política tributária para o País e para o Estado.

(Não revisado pela oradora.)

A Sra. Fernanda Melchionna: Presidente, só para fazer um registro sobre a orientação da nossa Diretoria Legislativa. A correção da forma da redação das nossas emendas, no que se refere ao art. 2º, onde se lê art. 1º, nós tratamos do art. 2º.

O Sr. Reginaldo Pujol: Sr. Presidente, no encaminhamento de votação, não cabe modificar o que está escrito. Nós vamos votar o que está escrito, o que foi analisado e discutido pelas Comissões ou dispensadas nas Comissões, é o que está escrito. Se foi mal-escrito, o direito não socorre equívoco dessa ordem. Não dá para colocar no art. 8º o parágrafo 1º, quando ele não tem nenhum parágrafo. Então, o art. 1º é somente

instituindo o programa. Se pretendiam fazer outra coisa, escreveram errado. Por todas as razões do mundo – eu não vou nem discutir o mérito – tem que se votar “não” a este projeto, que está mal-escrito, malformulado.

A Sra. Fernanda Melchionna: Presidente Mauro Pinheiro, todos nos conhecem, temos tranquilidade para fazer as polêmicas onde elas existem, que é na política. Então, vamos seguir defendendo uma política de justiça tributária. E mais: pela Diretoria Legislativa, erros materiais são corrigidos na redação legislativa; por isso, fizemos os registros, orientados pela nossa Diretoria Legislativa, para que possamos discutir o mérito da nossa emenda.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Está feito o registro. Votaremos a emenda como ela está; depois, se aprovada, analisaremos.

A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 019/15.

A SRA. JUSSARA CONY: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, inscrevi-me porque essa matéria do Projeto de Lei Complementar do Executivo, que institui o Programa de Recuperação Fiscal – o RefisPoa 2015 – e busca o pagamento dos devedores do ISS na Capital, no meu entendimento, dialoga, inclusive, com aquilo que temos que buscar na Nação brasileira, que é a justiça tributária. Vou-me ater agora ao projeto e, depois, volto a essa questão.

Em Porto Alegre, são recolhidos apenas 6% do ISS, isso que Porto Alegre é uma das Capitais que mais recolhe no Brasil – apenas 6%.

Quando se discute o sistema tributário, temos a concepção que temos que fazê-lo tratando não igualmente os desiguais. E é por isso que eu trago também à discussão o fato de que as grandes empresas, aliás, são as que mais sonégam – aqui, aproveito para introduzir, e volto, depois, com a emenda do PSOL sobre os bancos, a construção civil e as seguradoras e pessoas físicas – ; as pequenas empresas são as mais sufocadas pelo processo econômico e pela crise que vivemos. E geralmente pagam mais. Às vezes, não pagam exatamente pelo processo de uma crise econômica em que vivemos.

O Município propõe, nos casos de multas por atraso e juros, diminuir o pagamento, naturalmente para aumentar a arrecadação – essa é a lógica do projeto. Precisa

arrecadar, então, para aqueles devedores diminui o pagamento. E todos de forma igual: 70% de redução à vista; 60% parcelado em 12 vezes; e 50% parcelado em 18 vezes.

Eu tinha alguns questionamentos aqui, mas com as emendas apresentadas, e que nós vamos votar a favor, pelo PSOL, a emenda que exclui os bancos, a construção civil e as seguradoras – porque são grandes fortunas mesmo, acúmulo de fortunas – e a emenda que inclui as pessoas físicas. São duas emendas e ambas têm o nosso apoio. Os questionamentos que nós tínhamos foram resolvidos pelas emendas, e eu queria introduzir aqui também, sob o ponto de vista do Estado, na medida em que estamos discutindo o projeto do Município, somos absolutamente contra – e a Ver.^a Sofia Cavedon também já trouxe isso aqui – ao aumento linear do ICMS do Governo Sartori. Isso não desenvolve a economia, prejudica aqueles que mais produzem e determinados setores que produzem.

Aproveito também para dizer que, mais do que nunca, quando se discute, e vamos dar o nosso parecer favorável, vamos aprovar o projeto com as emendas aqui apresentadas, temos que fazer reforma tributária neste País! Uma reforma tributária que faça justiça fiscal, justiça tributária e que taxe as grandes fortunas da Nação brasileira para que nós possamos, efetivamente, fazer com que essa arrecadação paga pelos contribuintes, sejam elas as que forem, possam ser aplicadas em políticas públicas que garantam a cidadania e inclusive políticas públicas de investimentos que garantam o desenvolvimento das cidades, do Estado e do País.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 019/15.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, acho que hoje é um dia daqueles que a Câmara de Vereadores votará um projeto para a Cidade, principalmente para aquelas empresas, pessoas que geram impostos, que pagam os nossos salários, inclusive, mas que, por um motivo ou por outro, atrasaram o recolhimento desse imposto aos cofres municipais. A Secretaria da Fazenda fez um trabalho interessante. Eu poderia estar aqui reclamando: “Ah, o meu Refis do ano passado foi vetado!”. Não, o que nós temos que fazer aqui é aplaudir a iniciativa de se fazer um Refis

municipal. O Governo Federal já fez, o Governo Estadual fez, e nós também vamos fazer. E não em detrimento de quem pagou em dia. Quem pagou em dia... Se esses que vão pagar através do Regis não recolherem, esses, sim, serão prejudicados duas vezes, porque eles pagaram e os outros não. Pagando, mesmo que seja no Refis, o valor nominal não se mexe, apenas há as multas, dão-se alguns prazos para recolher o imposto devido à Prefeitura Municipal.

Vejo aqui que tanto situação quanto oposição votarão a favor do projeto. Há algumas emendas. Tenho aqui a Emenda nº 03, por exemplo, que amplia o prazo de recolhimento e amplia a concessão na redução também: de 70% para 80%, quando for pago a vista; de 60% para 70%, quando for até em 12 vezes; de 50% para 60% quando for até 24 meses. Também estamos dando condições, até 31 de agosto de 2015, àquele que desejar fazer a confissão de dívida e entrar no Refis que estamos votando. É uma iniciativa muito interesse da nossa Secretaria da Fazenda, do Prefeito de ter enviado esse projeto para a Câmara de Vereadores. Tenho também a Emenda nº 04, do Ver. Kevin Krieger, que está perfeita, que esclarece como deve ser feito e por quem.

Gostaria muito de votar na emenda da Ver.^a Fernanda, mas eu me permito discutir uma coisa. A construção civil... Eu sei qual foi a sua intenção, Vereadora: de pegar o grande devedor, mas, assim, pega também aquele pequeno empreiteiro, aquele que tem de 5 a 8 funcionários, que é a grande maioria. Porque a grande empresa é obrigada a pagar o seu imposto, porque, senão, ela não ganha o habite-se. Então, a sua intenção foi ótima, mas vai pegar os pequenos que não precisam do habite-se, ficam com pouco dinheiro para pagar. Então, esta emenda, com todo o respeito, Vereadora, votarei contrariamente. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 019/15.

O SR. AIRTO FERRONATO: Caro Presidente; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu tive a oportunidade de falar sobre este tema na semana passada, por isso a minha intenção hoje seria não falar. Acontece que ouvi a Ver.^a Sofia Cavedon e, por isso, resolvi falar um pouco mais e dizer algumas coisas. Por último, estava ouvindo o discurso do Ver.

Cecchim e concordo com ele: daqui a pouco pretendemos retirar os grandes e vamos alcançar os pequenos também. Com relação ao que disse a Ver.^a Sofia, a CPMF, sou favorável à CPMF há muito tempo; aliás, não como uma contribuição provisória, mas, sim, um imposto definitivo. E gostaria da atenção, especialmente do meu eleitor e do povo de Porto Alegre: sou favorável à CPMF e acho a alíquota muito baixa. Eu aumentaria a alíquota da CPMF como um IMF, um imposto sobre movimentação financeira, para 0,05%, e não 0,038%. Aumentaria a movimentação financeira e terminaria com o Imposto de Renda. O Imposto de Renda representa uma parcela muito pequena de receita para a União, ou relativamente pequena, Ver. Dr. Raul, paga e suportada apenas pelo assalariado, Ver. Manfro. Terminamos com o Imposto de Renda, que poucos pagam, e aqueles que pagam, pagam muito, e colocamos um imposto sobre movimentação financeira com uma alíquota um pouco maior, em que é muito mais difícil a sonegação, quase que impossível, e teríamos uma receita maior e faríamos uma justiça fiscal a este País. Como disse a Ver.^a Sofia, nós temos uma alta carga de imposto indireto no arroz, no feijão, na semente e na batata, e uma carga que apenas quem suporta é o assalariado, o Imposto de Renda.

Portanto vou repetir, para deixar bastante claro: voto favoravelmente ao projeto do Governo, e acredito que está na hora de pensar uma medida de uma instituição de um imposto nacional, que tenha uma larga base de incidência, com uma alíquota razoável. Pagariam aqueles que ganham até mais, e nós terminaríamos com o imposto sobre o assalariado brasileiro. Era isso, um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 019/15.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Boa tarde, Vereadores, Vereadoras, público que nos assiste nas galerias e pela TVCâmara. Eu gostaria de agradecer a equipe da Prefeitura que está acompanhando os nossos trabalhos e discussões, que dentre as nossas conversas aqui no plenário, prontamente se ofereceu para trazer outros dados para essa discussão. Um dos dados foi um recorte quanto ao percentual de devedores do ISS para Prefeitura, o pessoal que tem multas, e que seriam beneficiados pelo projeto que estamos

discutindo. Dentro do recorte feito pela Prefeitura e trazido até nós, a maior parte do pessoal que será, digamos assim, beneficiado por esta lei, aproximadamente, 60% dos devedores devem menos de R\$ 10 mil à Prefeitura. São os pequenos trabalhadores, que têm um pequeno comércio, uma academiuzinha, uma pequena gráfica. Legal – 60%! E apenas uma vírgula alguma coisa são os grandes devedores, que devem mais de R\$ 1 milhão para a Prefeitura, certo? Quem deve menos de R\$ 10 mil são 7.091 empresas, aproximadamente 60%. E uma vírgula alguma coisa, ou seja, 175 empresas devem mais de R\$ 1 milhão. Eu sou professor de Biologia, mas tenho um leve apreço pela Matemática. Multiplicando o máximo de R\$ 10 mil que esses 7.091 devedores – 60% dos devedores – totalizariam, se todos eles devessem R\$ 10 mil, totalizariam R\$ 70.910.000,00. E pegando somente esse 1% que deve mais de R\$ 1 milhão, nós teríamos R\$ 175 milhões em dívida! Claro, a argumentação é que a Prefeitura está tentando beneficiar esses 60%, só que o grosso da dívida é dos grandes devedores. Se nós somarmos as duas fatias trazidas, a menor, até R\$ 10 mil de dívida, e a maior, de até R\$ 50 mil de dívida, e pegarmos as duas maiores fatias, até R\$ 500 mil e acima de R\$ 1 milhão – entre R\$ 500 mil e R\$ 1 milhão e acima de R\$ 1 milhão – é um absurdo! As duas fatias de maior vulto econômico em termos de dívida totalizam três vezes mais do que os pequenos. Então a Prefeitura está favorecendo os pequenos? Não, só um pouquinho; vamos fazer, então, o recorte econômico dessa dívida. Vai isentar da multa, abater o valor? Abate dos pequenos, aqueles 60% de endividados. Agora, fazer esse recorte e abrir mão, dentro dessas duas faixas maiores, de mais de R\$ 500 milhões para os cofres do Município, por favor, senhoras e senhores, a quem a Prefeitura serve? Aos pequenos ou aos grandes? Para mim está muito claro.

Então, gostaria novamente de reiterar a importância da emenda protocolada pela Ver.^a Fernanda Melchionna e por mim, que faz um recorte dentro dessas áreas de atuação, excluindo do benefício desse abatimento da multa as construtoras, os bancos e as seguradoras. Uma boa-tarde de discussão e vamos adiante.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 019/15.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, a discussão se encaminha bem. Observamos uma tendência generalizada pela aprovação do projeto e uma breve discussão a respeito de algumas emendas, muito especialmente à Emenda nº 01, para a qual eu já tive a oportunidade de dizer que nós temos que nos posicionar de forma contrária por todas as razões do mundo, até mesmo por uma que me parece fundamental, qual seja, por ela estar mal redigida, mal escrita e mal inserida: querem introduzir um parágrafo num artigo que não tem nenhum parágrafo, porque se enganou ao pretender uma coisa e ao requerer outra. Mas, se não houvesse esse erro que, por si só, fulmina a proposta, eu diria que a emenda, além de tudo, é equivocada, porque, ao generalizar instituições financeiras, seguradoras e construção civil, ela acaba atingindo quase que inteiramente a toda população da Cidade. Ver. Janta, V. Exa. que é líder sindical, sabe perfeitamente bem que na construção civil a grande maioria das empreitadas são realizadas por pequenas empresas. Grande parte das construções, estima-se em torno de 80%, é autoconstrução, gestão direta ou algo assemelhado, em que o cidadão contrata uma pequena empresa, um engenheiro, um profissional liberal, alguém para ser responsável técnico, constrói a sua própria casa e precisa, depois, pagar o tributo para ter acesso ao alvará. Isso é impeditivo para o pequeno, não é, Ver. Paulo Brum? O grande se defende, o grande entra com ação judicial, pede liminar, resolve a sua situação. O pequeno é que precisamos ver protegido, e é esse que o projeto contempla e que a emenda pretende retirar. Na ala financeira, é a mesma coisa, as pequenas cooperativas de crédito, Ver. Cecchim, dentre as quais a OAB Crédito, se eventualmente estivessem nessa situação, seriam prejudicadas. As seguradoras, da mesma forma. Os vários programas de seguro que ainda existem e são montados por pequenas empresas... Generalizar é uma forma de discriminar. E discrimina aqui penalizando o grande universo dos beneficiários do projeto, sob a pretensão de punir as grandes incorporadoras, as grandes seguradoras, os bancos. Nem fala em banco; fala em instituição financeira. Isso é geral, igual aos bancos também. Mas os bancos são mínimos no processo, porque são três ou quatro grandes bancos, praticamente os bancos estão desaparecendo. E esses grandes vão às vias de discutir, esses têm grandes advogados para se defender. O que precisamos defender aqui na Câmara não é em punir os grandes, temos que nos preocupar em proteger os pequenos, proteger aqueles que mais precisam de nossa atenção, aqueles que estão querendo, a todo pano, regularizar a sua situação e, porque a

multa é muito grande, muitas vezes maior do que o imposto devido, não querem e não podem fazer essa regularização, que agora, com o Refis, vão poder fazer.

Então, votar contra a Emenda nº 01 não é só votar contra uma iniquidade; é mais do que isso. É inócua porque mal redigida, mas é destituída de um sentido social, na medida em que tentando agravar a situação dos fortes, que são poucos, agrava, fortemente, a posição dos fracos, que são muitos e que precisam ser por nós defendidos e acobertados. (Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Kevin Krieger está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 019/15.

O SR. KEVIN KRIEGER: Boa tarde, Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras. Rapidamente, Ver. Pujol, dando continuidade à sua manifestação, eu queria fazer algumas colocações que acredito importantes. Ouvi a manifestação do Ver. Prof. Alex tentando minimizar que o Governo está trabalhando para os pequenos e médios empresários. Como falaste, Ver. Alex, 60% são os empresários beneficiados por esse Refis, aqueles que devem até R\$ 10 mil. São 7.091 pequenas empresas. Até R\$ 50 mil, são quase 3 mil empresas; ou seja, 76% praticamente das empresas que serão beneficiadas com o Refis. E o que é muito importante que todos entendam é que ninguém aqui está fazendo remissão de dívida. O Refis vai atuar nos juros e na multa. Isso é muito importante, Ver. Mario Manfro. Nós não podemos fazer uma política segregando áreas, nós estamos fazendo uma política para todos, do pequeno ao grande. E todos eles, Ver. Cecchim, tu que apresentaste uma emenda importante, que aumenta, inclusive, o percentual à vista e alonga o prazo para que as pessoas e as empresas possam, realmente, pensar em pagar as dívidas que para o Governo são importantes, para poder fazer cada vez melhor a execução dos serviços públicos da nossa Cidade. Nós estamos vendo em Brasília, estamos vendo no Governo do Estadual todas as dificuldades que se têm hoje para gerir os governos, os cortes que estão acontecendo.

Aqui, o Governo Municipal, Ver. Paulo Brum, meu Vice-Líder, está apresentando um projeto que, na maioria dos municípios, os projetos dos Refis são anuais. Há vários municípios no Brasil que fazem Refis anuais. O último Refis feito na cidade de Porto Alegre foi em 2005. Então, é importantíssimo que nós possamos aqui aprovar esse

projeto, que vai beneficiar, principalmente, as pessoas que hoje são empregadas pelos pequenos comerciantes, pelos médios e pelos grandes também. A política do Governo Municipal não segrega ninguém, a política é para todos, desde o pequeno até o grande, que também é importante na nossa Cidade. E não está aqui o Kevin defendendo a construtora, o banco; não, estou defendendo todos, porque todos que devem empregam pessoas. Porque, nessa crise de desemprego que nós estamos vivendo na Cidade, no Estado e no Brasil, é o mínimo de responsabilidade que nós, Vereadores, temos que ter. É o mínimo de responsabilidade que os Vereadores desta Casa têm de fazer com que em torno de 12 mil empresas possam se readequar e se regularizar junto ao ISSQN municipal.

Então, eu faço aqui um apelo para os nossos Vereadores da oposição, independente de aprovarem a emenda que não contempla as instituições financeiras, a construção civil – e não lembro qual Vereador fez essa colocação, acho que foi o Ver. Reginaldo Pujol, que falou dos pequenos empreiteiros, por exemplo, que acabariam entrando nessa emenda, porque fazem parte do ramo da construção civil –, que vocês pensem na importância dos empregos que são gerados na cidade de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Kevin Krieger, a Emenda nº 01 ao PLCE nº 019/15. (Pausa.) (Após a apuração nominal.)

REJEITADA por 8 votos **SIM**; 23 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Kevin Krieger, a Emenda nº 02 ao PLCE nº 019/15. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 8 votos **SIM**; 23 votos **NÃO**; 1 **ABSTENÇÃO**.

Em votação nominal, solicitada pelos Vereadores Cláudio Janta e Fernanda Melchionna, a Emenda nº 03 ao PLCE nº 019/15. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 25 votos **SIM**; 6 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Lourdes Sprenger, a Emenda nº 04 ao PLCE nº 019/15. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 24 votos **SIM**; 6 votos **NÃO**; 1 **ABSTENÇÃO**.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Cláudio Janta, o PLCE nº 019/15. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 29 votos **SIM**; 3 votos **NÃO**; 2 **ABSTENÇÕES**.

Em discussão o PLCE nº 005/15. (Pausa.) O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para discutir o PLCE nº 005/15.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Boa tarde a todos e todas, temos aqui mais um projeto, acabamos de votar um projeto muito importante, não vou discuti-lo porque acabou o momento da discussão. Mas, agora, enfrentaremos um projeto simbólico e efetivo. Simbólico no sentido de que estamos tratando do futuro da Cidade que o grande planejamento que foi feito no Plano Diretor, a todo o momento, infelizmente, acaba sendo vilipendiado. Nós, é verdade... São poucas as pessoas contrárias ao projeto aqui, conto, talvez dez pessoas, mas saibam, nobres Pares, de que há muitas pessoas de olho no que votaremos a seguir. Porque de olho? Porque, infelizmente, a atual gestão – não é de agora, a gestão anterior – trata do desenvolvimento da Cidade de uma forma equivocada. Nós temos uma questão de vazios urbanos na Cidade, que deveria ser enfrentada, mas se opta por espriar a Cidade, alongá-la, gerar distâncias. E, atrás, disso vem uma série de políticas rodoviaristas: o binário da Av. Borges de Medeiros, a quadruplicação da Av. Beira Rio. Viadutos e duplicações, em geral, são uma promessa falsa de que tu podes comprar o teu imóvel na Zona Sul que conseguirás chegar com seu automóvel, com seu veículo individual rapidamente ao centro da Cidade. Então, é o caso aqui, uma área de preservação que se quer transformar numa área de moradia. Vejam – eu falei antes com o pessoal que estava assistindo – até seria um argumento interessante de enfrentar se estivéssemos falando em moradia popular, mas não é o caso. E bem lembrava o Felipe Viana de que, questão de três a quatro semanas atrás, nós votamos o projeto da Zona rural. Então, olhem que paradoxo, que contradição nós entramos. Transmitimos um símbolo para a Cidade de que a Zona Sul será uma área de preservação, de produção – quero fazer a lembrança de que não conseguimos fazer passar as emendas que tratavam dos transgênicos e dos agrotóxicos da forma como propusemos, mas tudo bem. O fato é que se transmitiu uma mensagem para a Cidade, que a Zona Sul será um lugar de preservação, porque Porto Alegre é uma das poucas Capitais que ainda tem isso. Temos uma Área Rural. Basta transitar alguns quilômetros em direção à Zona Sul e já nos

deparamos com uma outra cidade, com pessoas andando a cavalo, uma outra vida, mais calma, com um ar mais respirável.

Há poucos dias, fizemos uma reunião na Comissão de Saúde e Meio Ambiente sobre a poluição atmosférica. Dos cinco medidores que há na Cidade, três estão em funcionamento; um parcialmente, então temos dois. E estes relógios sequer medem as partículas mais finas da poluição, que são as que mais fazem mal ao organismo. Então, realmente, Porto Alegre tem índices de poluição muito altos. Cito isto para dizer que a Cidade está integrada num todo, numa Região Metropolitana, mas para dizer também que não podemos seguir com esta lógica de gerar distâncias e privilegiar justamente moradias de luxo.

O tempo aqui é pouco. Infelizmente, este projeto foi priorizado na quinta-feira. As bancadas do PSOL – acredito que a do PCdoB também – e do PT fomos contrários à priorização para esta segunda-feira. Somos minoria, e acabou ficando para este momento.

Eu ainda tenho a esperança de que os Vereadores da base do Governo abram um pouco mais os olhos, porque precisamos pensar a Cidade. Vejam, não é uma discussão de um projeto especial aqui ou ali; é uma preocupação com o entendimento da Cidade e, de novo, o enfrentamento dos vazios urbanos. Se nós queremos ter lugar para morar, vamos fazê-lo onde há justamente todo o equipamento urbano, e não, logicamente, fazer lá, e depois haver toda a pressão para que se coloquem escolas, esgoto, água tratada. Vamos adensar a Cidade e aproveitar melhor os espaços.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLCE nº 005/15.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, boa tarde. O projeto em discussão traz uma série de dados extremamente complexos, muito técnicos, mas a síntese é bem tranquila de ser analisada. Temos interesses imobiliários, para variar, há especulação imobiliária na Zona Sul de Porto Alegre, que é uma área ainda verde. Há pouco tempo, votamos pela reinstituição da zona rural na Zona Sul da nossa Cidade, e, como me manifestei anteriormente, essa zona rural ficou muito modesta,

com limites pequenos, dada a importância do assunto em questão. Porém, a Zona Sul ainda é uma fronteira que está sendo desbravada pelas construtoras. Como morador da região, percebi que nos últimos dez anos a voracidade dos empreendimentos imobiliários está cada vez maior. Pipocam, afloram condomínios, muitos deles de luxo, lá para a Zona Sul. O que antes eram fazendas, sítios, chácaras, hoje estão dando lugar a loteamentos. Senhoras e senhores, é impressionante o que o poder econômico das construtoras faz com esta Casa, a dita Casa do Povo. Eu acho que deveríamos mudar essa alcunha. Em vez e intitular a Câmara de Vereadores de Porto Alegre como a Casa do Povo, deveríamos passar a chamar a casa do cartel do transporte coletivo de Porto Alegre, a casa do cartel das empresas de ônibus, a casa das empreiteiras, a casa dos bancos, a casa das indústrias de energético – como muito bem destacou a Ver.^a Mônica Leal, que está numa empreitada contra a comercialização para menores de idade. Senhoras e senhores, a maior parte dos projetos de grande vulto que vêm tramitando nesta Casa – e eu estou aqui desde fevereiro – são projetos dessa alcunha. Temos projetos para aumentar índice de construção, aumentar a altura de prédios, projetos para a liberação e viabilização de condomínios de luxo. Sinceramente, daqui a pouco, a população de Porto Alegre vai pensar que os construtores estão pagando churrascos para Vereadores na Zona Sul de Porto Alegre – Isso é terrível! –, concedendo benefícios, patrocinando suas vultosas campanhas eleitorais. Isso pode pegar mal frente ao eleitorado, senhora e senhores! (Palmas.) Vereadores, depois, a gente tem que ouvir as bobagens faladas nas redes sociais, nos veículos de comunicações enaltecendo o financiamento empresarial de campanhas, mas nós olhamos no *site* do Tribunal Superior Eleitoral e percebemos que muitos de V. Exas. receberam doações de construtoras, receberam da especulação imobiliária. Vocês deveriam se sentir moralmente impedidos de votar projetos com esse teor! (Palmas.) Eu voto contra ou a favor de acordo com a minha mentalidade. Nunca recebi um centavo de ninguém! Sempre financiei as minhas campanhas, e a mais cara custou R\$ 2.900,00, saídos do meu bolso. Obviamente, a grana embutida numa campanha eleitoral vai ter o seu retorno mais cedo ou mais tarde. E aqui está o retorno! É assim que retorna: contrariando os interesses do povo, mas liberando áreas, alterando índices, alterando os planos de construção, o planejamento estrutural da nossa Cidade, prevendo o aumento da altura das construções na área de metrô... Que metrô?! Nós

temos projetos nesta Casa tratando do aumento das construções em áreas ou para obras que nunca vão sair do papel, pelo menos enquanto esses grupos mandarem na Cidade. Então, vamos analisar com carinho, com calma. A cidade de Porto Alegre é bonita porque é uma cidade viva, é uma cidade verde. Até quando, senhoras e senhores? Até quando? Boa tarde.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLCE nº 005/15.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, acho muito temerária a afirmação do Ver. Alex aqui, sobre churrasco... Tem que ter mais responsabilidade, Vereador! Se V. Exa. não gosta de comer churrasco e outras coisas por sua conta, eu almoço por minha conta, eu como churrasco, ando na Zona Sul, ando de carro novo, tudo com o meu trabalho! Vossa Excelência não pode fazer generalizações aqui. Vossa Excelência não tem esse direito e não tem tanta moral para fazer isso. Eu poderia, muito bem, dizer que há Vereadores que têm funcionários fantasmas; que há Vereadores que têm o partido inteiro fantasma, desde Cargos em Comissão, e eu não faço isso. Então Vossa Excelência não pode fazer essa generalização. Eu sempre tive respeito por V. Exa., pelo seu partido, pela Ver.^a Fernanda. Vossa Excelência não pode vir aqui e dizer que tem Vereador ganhando polpudas... Eu não ganho nada! Eu ganho o salário de Vereador, como V. Exa. ganha. Nem lecionar, eu leciono. Eu não tive essa sorte de fazer um concurso. Gostaria muito de ser professor, V. Exa. estudou para isso, mas não faça generalizações, por favor!

O Sr. Prof. Alex Fraga: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Desculpe, Ver. Idenir Cecchim, talvez V. Exa. não tenha pegado o início da minha fala. Eu falei que, daqui a pouco, a população de Porto Alegre vai pensar que... E aí eu transcorri o meu discurso. A população pode pensar que existem interesses escusos, baseados na votação de alguns Vereadores desta Casa.

O SR. IDENIR CECCHIM: Então, já que V. Exa. me ajudou a esclarecer que não é o nosso caso aqui, eu boto a mão no fogo pela... Olha, os Vereadores desta Casa não têm essa prática.

Eu quero dizer que o projeto dá contrapartidas. Isso aqui não é de graça, não é para agradar ninguém. Eu nem sei quem é o proprietário dessa área...

(Manifestações nas galerias.)

O SR. IDENIR CECCHIM: Não, eu não voto com o fígado, eu voto com a consciência. Eu voto com a consciência, eu não preciso saber de quem é. Eu preciso saber se este projeto atende à cidade de Porto Alegre, e atende! Nesse local é necessário fazer uma estação do DMAE. Precisa! E vai ser feita, como contrapartida! Vai ter 9,6 hectares de área para o DMAE. Prevê a doação de área para equipamentos públicos comunitários, como posto de saúde de 2.400 metros quadrados; 2 mil metros quadrados para creche; duplicação e pavimentação asfáltica da Av. Heitor Vieira, entre a Av. do Lami e o acesso ao empreendimento; implantação de paradas de transporte coletivo ao longo da via pública que interliga a Avenida Heitor Vieira e a Avenida do Lami; implantação de pontos de táxi; ciclovia em toda a Av. do Lami; macrodrenagem pluvial atendendo a Av. do Lami – isso não é pouco! Eu quero ver o senhor dizer que é contra, quero ver essa bancada ou qualquer um dizer que é contra este projeto para aquela população de lá – isso que tem que ser claro! Quero ver vocês terem o peito de ir lá e dizer que são contra as melhorias, ou são iguais, sempre os mesmos, que são contra o Cais do Porto, são contra a orla, são contra tudo! Mas vivem do quê esses funcionários públicos? É de quem paga imposto. Funcionário público decente precisa receber bem, precisa ser bem pago, mas para ser bem pago, alguém precisa pagar esse imposto; e quem paga imposto são aqueles que geram emprego e renda. Não é no discurso que se paga salário; é trabalhando. E não venham com essas contradições: quando é para fazer AEIS lá na Zona Sul, vocês fazem; quando é para melhorar alguma coisa na Zona Sul, vocês não querem – é uma grande contradição e eu não entro nessa. Vou votar a favor e peço o voto a favor para este projeto. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Apregoo a Emenda nº 01, de autoria dos Vereadores Dr. Thiago, Cláudio Janta e Paulinho Motorista, ao PLCE nº 005/15.

Em votação o Requerimento, de autoria do Dr. Thiago, que solicita dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLCE nº 005/15 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADO.

Apregoo a Emenda nº 02, de autoria dos Vereadores Sofia Cavedon e Marcelo Sgarbossa, ao PLCE nº 005/15.

Em votação o Requerimento de autoria dos Ver.^a Sofia Cavedon, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 02 ao PLCE nº 005/15 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

APROVADO.

A Ver.^a Titi Alvares está com a palavra para discutir o PLCE nº 005/15.

A SRA. TITI ALVARES: Boa tarde, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, acho que a discussão sobre este projeto deveria ter se dado lá atrás, quando se discutiu o Plano Diretor de Porto Alegre, porque a gente não pode, a partir de cada empreendimento específico que chega a esta Casa (Palmas.), fazer do Plano Diretor uma colcha de retalhos baseada em interesses da especulação imobiliária. A gente recentemente aprovou, nesta Casa, a retomada, a reinstalação da zona rural de Porto Alegre. Inclusive, gostaria de parabenizar o Ver. Cassio Trogildo e o Ver. Carlos Casartelli que coordenaram esse processo. Porto Alegre possui a maior zona rural dentre as capitais do País. E, na minha opinião, qualquer projeto de alteração do Plano Diretor deveria se dar no sentido de fomentar o desenvolvimento da economia rural dessa grande área que abriga a Capital dos gaúchos. Nós temos já uma pequena produção, por exemplo, de alimentos orgânicos naquela área, mas é possível, através de incentivo, através de planejamento para esse fim, multiplicar e fazer com que a produção se dê em grande escala, para que a nossa população possa ter acesso a um alimento de maior qualidade. Quer dizer, não é só através da especulação imobiliária e através da construção civil que se pode fomentar o desenvolvimento econômico. Nossa cidade tem grandes potenciais. (Palmas.) Nós, há algum tempo, vemos a estagnação econômica na nossa Cidade, e a

opção, ano após ano, tem sido desenvolvimento através de uma tecla quase que única, que é da especulação imobiliária e da construção civil.

Eu saúdo o desenvolvimento, seja ele como for, mas a gente não pode continuar tratando o paciente sempre com o mesmo remédio, sendo que a gente vive há décadas com estagnação econômica na nossa Capital. Então, nesse sentido, não só devemos pensar uma política de desenvolvimento da Zona rural real em que a gente possa, de fato, dar aos produtores uma condição de aumentar a sua produção sem o uso de agrotóxicos, mas também devemos ver outras formas de desenvolvimento e de planejamento para tal fim para a nossa Cidade, através, por exemplo, da economia criativa, da agregação de valor através dos serviços da nossa Cidade, que hoje tem sido a nossa vocação. Este projeto que a gente está discutindo aqui teve parecer contrário do Conselho Municipal de Meio Ambiente. Quer dizer, a gente está fazendo aqui uma alteração do Plano Diretor que o próprio Conselho Municipal do Meio Ambiente rejeitou. Então eu gostaria de pedir para que todos os Vereadores levassem esses argumentos em consideração, a fim de que a gente possa fazer do nosso projeto de desenvolvimento, que foi o Plano Diretor, algo mais planejado, mais pensado e mais diversificado, do ponto de vista econômico. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLCE nº 005/15.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, essa Fazenda do Arado é, de fato, uma área extremamente estratégica, falando ambientalmente e culturalmente, para a nossa Cidade. Ali na antiga Fazenda Breno Caldas, famosa, eu não conheci e não estive na tal atividade, cuja intenção era conhecer o espaço, mas li o projeto, procurei analisá-lo, dentro das minhas condições, e sei que lá há uma área belíssima de preservação ambiental imensa, assim como sei que há uma área de fazenda, uma antiga casa-grande e uma senzala, que são espaços característicos do período de escravidão, espaços esses que nós precisamos e devemos transformar num grande espaço cultural, de visitação, de memória da história do nosso Estado. E essa área, como um todo, é uma área que está numa zona dedicada ao meio ambiente; uma parte dela entrou na zona rural, ficando, na verdade fragmentada, já que

nós não conseguimos avançar numa emenda que incluísse toda a Fazenda do Arado na Zona rural, obviamente porque o Governo vinha trabalhando com esse licenciamento diferenciado.

Agora é preciso que o conjunto de Vereadores se deem conta que, quando essa área foi vendida, ela tinha uma característica, um potencial construtivo e um valor, e só está vindo para cá uma legislação porque, de fato, está sendo concedido, para fins de loteamento, para fins de exploração para moradia, um maior índice construtivo, uma maior densidade numa região bastante interessante ambientalmente, culturalmente, o que não é o ideal, na minha opinião, de destinação para aquela área.

Agora, tem um processo importante de escuta da comunidade que eu espero que seja... Portanto, considerada a primeira parte, eu voto contra um projeto que altera da forma como vai alterar a Zona Sul da Cidade, em vez de a Prefeitura de Porto Alegre e a cidadania terem definido aquela área como uma grande área de preservação ambiental, grande parque para nossa Cidade, um novo parque, que é o que a Cidade mereceria receber. Imaginem a nossa Cidade com tanto conflito urbano, com tanta poluição, mas se orgulhando e tentando, com o movimento, transformar a Zona Sul, cada vez mais, num potente espaço e área de produção agrícola sem agrotóxico, unifamiliar, e que seja atrativa turisticamente exatamente por isso. Esse seria o ideal daquela área do arado, que compusesse aquela ambiência da Zona Sul, sonho de toda o porto-alegrense.

De outro lado, acho que a gente teve um processo participativo, uma audiência pública, a qual eu não pude, não sei por que razão, participar, onde teve uma escuta da comunidade – a Rosane está aqui –, que indicou várias contrapartidas e necessidades. Eu vi que há a emenda de autoria do Ver. Dr. Thiago e do Ver. Paulinho Motorista, que é uma emenda boa, porque traduz a vontade de uma parte, pelo menos, da comunidade, de que lá se faça uma universidade, uma escola técnica, um centro de estudos climáticos, um centro de estudos para a agricultura sustentável. Acho que isso não pode não virar força de lei, porque, infelizmente, na hora do licenciamento, as contrapartidas acabam sendo relegadas: o puxa dali, puxa daqui vira quase nada. Infelizmente, temos visto, quando as contrapartidas ou medidas mitigadoras são definidas somente no licenciamento, que há uma resistência posterior e a Prefeitura não consegue que sejam cumpridas as contrapartidas... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Entendo que, a maioria definindo,

esse lugar se torne um lugar de loteamento, apesar de ter 140 quilômetros quadrados, se não me engano, de preservação ambiental no projeto, eu ainda acho que o destino dela devia ser um destino de um grande parque municipal. Mas não perseverando essa ideia, nós devemos garantir, amarrado em lei, que pelo menos a gente tenha contrapartidas importantes como os estudos ambientais, como a produção de alternativas de conhecimento para a sustentabilidade, para a ampliação da nossa Zona rural vinculada à área livre de agrotóxicos e, de fato, sustentável. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Apregoo a Emenda nº 03, de autoria da Ver.^a Fernanda Melchionna, ao PLCE nº 005/15.

Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Fernanda Melchionna, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 03 ao PLL nº 005/15 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Defiro o Requerimento de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon, que solicita que seja votada em destaque a Emenda nº 02 ao PLCE nº 005/15.

O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir o PLCE nº 005/15.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, este projeto sobre o qual nós iremos decidir não é um projeto novo, e qualquer comentário que eu faça a seu respeito nesta tribuna, peço desde já a compreensão dos colegas Vereadores, especialmente àqueles que já participaram das inúmeras audiências públicas realizadas e que também se integraram à visita técnica que fizemos ao local onde será desenvolvido o projeto. Isso, para a maioria dos colegas, poderá parecer repetição, desnecessária, mas que eu entendo válida para que não persista e não se instaurem como corretas, nos anais da Casa, algumas equivocadas afirmações que aqui foram proferidas.

Primeiro, Sr. Presidente, eu quero dizer que o Projeto Arado prevê o parcelamento do solo de aproximadamente 426 hectares na forma de loteamento, de acordo com o atual Plano Diretor, na Av. Lami, 2.229. Essa gleba tem características importantes de preservação ambiental, pois, dos 426 hectares, cerca de 140 hectares serão de morros e

de uma reserva particular de patrimônio natural, RPN, que não serão mexidos. A estimativa que temos é que 16,4% da área será aterrada. Prevê ainda doação de áreas para equipamentos públicos comunitários, como: posto de saúde de 2.400 metros quadrados e área de 2.000 metros quadrados para creche. Será ainda doada uma área para implantação da Estação de Tratamento de Água pelo DMAE, bem como um lote para efetuar a captação junto ao lago Guaíba, totalizando 9,6 hectares. Demais contrapartidas, Ver. Cecchim, primeira, duplicação e pavimentação asfáltica da Av. Heitor Vieira entre a Av. do Lami e o acesso ao empreendimento; 2 – implantação de paradas de transporte coletivo ao longo da via pública que interliga as Avenidas Heitor Vieira e do Lami; 3 – implantação de pontos de táxi no interior do empreendimento; 4 – ciclovia em toda a Av. do Lami e Av. Heitor Vieira e acesso ao empreendimento. Finalmente, macrodrenagem pluvial, atendendo a Av. do Lami num ponto historicamente crítico da região. Haverá ainda uma área de 92 hectares de reserva de patrimônio natural com acesso controlado por orientação da Secretaria Municipal do Meio Ambiente. O DMAE, de outro lado, salienta a importância do empreendimento, que pretende construir uma nova Estação de Tratamento de Água, numa área de loteamento da região. A estação hoje existente no bairro Belém Novo está no limite. Há projetos para construir uma nova estação com capacidade para 4 mil litros por segundo. É uma questão estratégica, pois vai atender a 11 bairros, inclusive, a Lomba do Pinheiro. A criação de um polo comercial ou de serviço de caráter local, propicia o desenvolvimento da Região Extremo-Sul da Cidade. E estimulam a geração de empregos e, conseqüentemente, a economia regional, visando a observar um dos pressupostos fundamentais da autossustentabilidade. Por fim, a ocupação residencial, se dará em forma de condomínio, por meio de unidades subautônomas, em conformidade com o Regime Urbanístico proposto. Todas as situações são de baixa densidade e atendem às diretrizes do Plano Diretor, pois teremos cinco unidades habitacionais por hectare, quer dizer, cada unidade ocupará em média... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) A Secretaria de Urbanismo propôs uma diretriz para que seja criada uma espécie de barreira para o crescimento desordenado da Cidade em direção ao sul do território. Segundo a SMAM, o Estudo de Impacto Ambiental tramitou em várias Secretarias e foi estabelecida uma série de restrições até chegar ao aceite. O

projeto ainda prevê que a edificação não ultrapasse o limite proposto para toda a região, entre 9 a 12 metros de altura.

Por isso, Sr. Presidente, esse esclarecimento que eu passo para a opinião pública que nos ouve, inclusive, agora, é de conhecimento de todos nós. Votar favoravelmente a este projeto é votar a favor do progresso, a favor do bairro Belém Novo, a favor, inclusive, do desenvolvimento da Cidade, e não se diga que nós estamos aqui desprotegendo a área rural. Eu tenho autoridade para dizer o seguinte, Ver. Villela, a área rural que...

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Reginaldo Pujol prossegue a sua manifestação de discussão do PLCE nº 005/15, a partir deste momento, por cedência de tempo deste Vereador.

O SR. REGINALDO PUJOL: É importante que se diga o seguinte, eu acredito que eu seja o único dos Vereadores aqui presentes, que, em 1999, quando da votação do Plano Diretor, se encontrava aqui na Casa. Na ocasião, a proposta original, vinda do Governo do Partido dos Trabalhadores, era no sentido de que a esta área, que será ocupada pelo projeto, não fosse incluída na área de produção primária. Por conseguinte, não se fale que nós estamos tirando áreas da produção rural. Não! Parte do que hoje está sendo tirado é miscigenada, poderia ser tanto rural como habitacional. Parte da área é a área que hoje está ocupada por habitações irregulares cuja regularização o projeto ensejará. E este projeto olha por todos. Eu não falo para os que estão gritando aqui dentro da Casa, porque eu estou falando para a população que está me ouvindo. Aqui, hoje, com toda a certeza, Ver. Thiago, que conhece aquela região como poucos, estaremos aprovando um belíssimo projeto, um esforço correto no sentido de desenvolver uma área da cidade de Porto Alegre que merece o nosso apoio. Nós ouvimos, ao longo desse tempo, dezenas de moradores de Belém Novo, não de falsos moradores, e esses todos foram unânimes em aprovar este projeto. Os representantes do Conselho do Plano Diretor da região assim o produzem e assim eu falo. O Ver. Márcio Bins Ely conhece a situação como poucos porque foi Secretário do Planejamento; esse projeto estava no início. Há quatro ou cinco anos que se trabalha no projeto para terminar bem, para que possa, a Câmara de Vereadores, no dia de hoje, votar com tranquilidade, serenidade, segurança, firmeza, para dar apoio à Cidade, desenvolvimento e, especialmente, para favorecer uma área que, até

pág. 39

hoje, Porto Alegre não tem tido condições de propiciar um desenvolvimento adequado aos tradicionais moradores da região. Era isso, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para discutir o PLCE nº 005/15.

O SR. CASSIO TROGILDO: Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras; público que nos acompanha pela TVCâmara e pelas galerias, este projeto é um projeto especial, previsto no Plano Diretor, Ver. Mendes, quando se precisam alterar, Ver.^a Titi, algumas questões em relação ao Plano Diretor.

Eu quero dizer que tenho procurado debater aqui, de forma bastante aprofundada, tudo o que diz respeito à alteração de Plano Diretor.

Quando veio, Ver. Comassetto, para esta Casa o projeto do restabelecimento da Zona rural, Ver. Villela, eu fui um que, desta tribuna, disse que era favorável à tese, mas que precisávamos estudar para ver como era a conformação disso.

Da mesma forma, esse outro projeto, que é do Executivo também, que propõe um projeto especial lá para a zona do Arado. E esse projeto tramita aqui na Casa já há bastante tempo; foi apresentado pelo Executivo numa reunião aqui das Comissões, e, inclusive, os Vereadores foram convidados a fazer uma visita na área, onde foi novamente apresentado o projeto.

E eu quero dizer que, a partir de todo esse detalhamento, a partir de todo esse estudo, Ver. Paulo Brum, eu acredito que o projeto é bom, e vou dizer por quê. Nós estamos lá, Ver. Idenir Cecchim, numa zona de ocupação rarefeita. Então a totalização da área, que são 426 hectares, dá 4,26 milhões de metros quadrados. Isso, dividido pelo número de unidades propostas, dá 2.409 metros quadrados, por unidade proposta. Isso é mais, Ver. Márcio, que o módulo mínimo permitido na zona rarefeita, que é 2 mil metros quadrados.

Na verdade, o que nós temos de bastante especial nesse projeto é a introdução de uma área institucional para estação de tratamento com mais de 9,6 hectares e, também, uma zona comercial, que vai ser em frente ao loteamento, caracterizando o que nós vimos, recentemente, lá em Milão, quando fomos participar da Expo Milão, que são os mosaicos, que são os *clusters*. Ou seja, a Zona rural convivendo com a zona intensiva de Belém

Novo, com um condomínio e, também, com uma zona comercial, porque precisa, sim, a sustentação disso. Isso é muito moderno, é como a Europa tem vivido ao longo dos últimos anos. Mais do que isso, eu acho que esse projeto cumpre outro papel muito importante. Ele faz uma zona de transição entre a zona intensiva de Belém Novo, que está lá, consolidada pelo nosso Plano Diretor, e a nova Zona rural restabelecida na cidade de Porto Alegre.

Então, eu vejo que o projeto tem muitos méritos. Além de trazer essa questão da estação de tratamento, tem a previsão da reserva privada de proteção natural, que vai ter acesso público, sim. Na verdade, inicialmente, era previsto um parque, só que o parque ficaria a cargo da Secretaria Municipal do Meio Ambiente para cuidar. Foi trocada a proposta, e será uma reserva privada de proteção natural. Vai ser privada, mas o controle de acesso será feito pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente. Então é toda uma área de preservação que vai estar à disposição da população, e o Poder Público fará o controle de acesso. Fora todas as outras contrapartidas que foram aqui elencadas e que são obrigação do empreendimento. Ninguém está dando nada de graça! Quando acontece esse tipo de empreendimento, tem que ter a previsão. Nós estamos na Casa da democracia e, logicamente, todas as manifestações são legítimas, mas as pessoas deveriam escutar um pouco. Nós escutamos muito, quando somos chamados para as audiências públicas, para as reuniões nas comissões, e lhes damos ouvidos.

O Sr. Idenir Cecchim: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) V. Exa. tem razão. Essas mesmas pessoas não queriam área rural. Quando nós votamos aqui, eles estavam contra. Agora eles estão contra que fatiem aquilo que eles não queriam.

O SR. CASSIO TROGILDO: Na verdade, Ver. Cecchim, nós estamos trabalhando com a média da nossa Cidade. Entendo que o restabelecimento da Zona rural foi um grande ganho e o projeto do Arado também é um grande ganho para nossa Cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Apregoo e defiro o Requerimento, de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 02 ao PLCE nº 005/15.

Apregoo a Emenda nº 04, de autoria do Ver. Eng^o Comassetto e do Ver. Marcelo Sgarbossa, ao PLCE nº 005/15.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Eng^o Comassetto, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 04 ao PLL nº 005/15 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADO.

Defiro o Requerimento de autoria do Ver. Eng^o Comassetto, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 04 ao PLCE nº 005/15.

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLCE nº 005/15, por cedência de tempo da Ver.^a Jussara Cony.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Vereadores e Vereadoras, queria compartilhar alguns dados. Eu retirei a emenda em função de que as contrapartidas estão contempladas na Emenda nº 01. O que nós estamos questionando é que essa Emenda nº 01 só prevê o estudo de viabilidade do projeto no primeiro item desta área, que seria uma área de estudos climáticos, uma universidade, uma escola técnica. Nós entendemos que nós podemos exigir muito mais da empresa.

Eu vou trazer alguns dados. Pela análise que fizemos, o projeto picoteia as Subunidades 01 e 02 da Unidade 080, que eram subunidades com regime urbanístico de área rarefeita. O que significa? É muito mais permissivo. A densidade populacional era de 2 habitantes por hectare. Agora está passando para 140 habitantes por hectare! A diferença de 2 para 140 habitantes por hectare! O índice de aproveitamento era de 0,1 para 1,0 mais 0,5 de transferência de potencial construtivo. Vai passar para 1,5 – uma vez e meia o terreno é possível construir. É uma diferença enorme! Aquilo que eu falava. Os donos desta área, que compraram do senhor Breno Caldas, compraram com isso, podendo 2 pessoas, por hectare, habitar; e agora, esse projeto de lei está passando para 140 pessoas. Então, vocês imaginem o valor que a Prefeitura está concedendo ao empreendedor. Olha, esse valor eu não tenho nem como dimensionar. Eu não tenho, como Vereadora, como dimensionar se o impacto de 2 para 140, de alguma maneira, está sendo mitigado quem

pág. 42

vai suportar esse impacto na Zona Sul da Cidade. E não se trata nem disso. A nossa vontade original é que continue sendo uma área rural.

E mais, cria a Subunidade 13, que integrava a Subunidade 01. Cria uma nova Subunidade – eu não sei dizer o tamanho aqui – sem regime urbanístico definido. Tratamento caso a caso. É um código, que significa tratamento caso a caso. Significa o quê? Um projeto especial! Então, pode ter 200 pessoas por hectare, 300, depende do projeto, a Prefeitura é que vai decidir. É extremamente perigoso.

Depois tem um outro pedaço – porque cada pedaço é um tratamento. Tem ali, uma outra área, Subunidades 15 e 16, que, também, originalmente era para 2 habitantes e passa para 280 habitantes o índice construtivo de altura: a altura original de 9 metros passa para 12 metros. Provavelmente, área de habitação, dita popular, que está prevista e tal. Mas de fato, dobra a densificação em relação a 140, mas, em relação aos 2, é um múltiplo muito grande. E eu entendo, e aqui tem um outro: 42 habitantes; mais que triplica o índice de aproveitamento do espaço, num outro pedaço. Há mais três Subunidades, a 07, a 10 e a 12, antiga Área 2, sem regime definido, significa que um projeto especial poderá definir qualquer índice de aproveitamento. Então, há uma densificação muito grande. E eu acho que fica muito difícil para a população, seja em audiência pública, seja nós, Vereadores, podermos dimensionar o impacto. De fato, os valores daqueles imóveis lá vão para o espaço. Infelizmente, o valor daqueles terrenos hoje é um, e como está muito picotado, não temos noção do que vai ser a especulação imobiliária, porque o valor daquelas áreas explode, em função da concessão de índices construtivos. Então, não temos a dimensão se as contrapartidas são suficientes, se a região vai suportar, se o Município não vai ter um peso enorme. E o mais grave, pessoal, eu acho que a nossa Cidade não trata, não leva a sério a função social da terra, a necessidade de frear a especulação imobiliária, de investir – de fato – em sustentabilidade, em habitação popular nas áreas onde tem acesso. Ali tem uma área de habitação popular, naquela fundura, naquela distância, longe de tudo. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 005/15.

O SR. MÁRCIO BINS ELY: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste nas galerias, na TVCâmara, senhoras e senhores venho a esta tribuna também, em especial, fazer um cumprimento especial à Rosane, que é a conselheira da Região 8, que acompanhou e vem acompanhando há alguns anos a tramitação desse projeto. Eu acho importante que nós possamos fazer uma tomada da imagem (Mostra mapa.), para que na espacialização – especialmente para quem está nos assistindo na TVCâmara, até porque os Vereadores e Vereadoras têm conhecimento desse mapa e dessa realidade –, se tenha a compreensão da proximidade dessa região e dessa área com a Área de Ocupação Intensiva de Belém.

Especialmente, aqui, eu quero também fazer um raciocínio no que diz respeito a esta questão da Área de Ocupação Rarefeita e no que diz respeito a um comparativo com o número de habitantes em Porto Alegre. Porto Alegre é uma Cidade que, nas três últimas décadas, não vem crescendo muito em número de habitantes, tem cerca de 1,4 milhão de habitantes.

Quando se qualificam espaços públicos de uso coletivo, se agrega valor à qualidade de vida das pessoas na Cidade. Então, quando temos uma RPPN aqui, uma reserva, olhem o tamanho da extensão de orla que está sendo oferecida para a Cidade. Vai estar qualificada e cuidada, e vai ter acesso, porque, hoje, as pessoas não têm acesso a esta área, que é privada. As pessoas não têm condições de chegar e não ocupam toda esta extensão de orla, porque está fechada. É uma área fechada e privada. (Mostra mapa.)

E o que temos visto, que tem acontecido muito na Região Extremo-Sul da Cidade? Ocupações autoproduzidas, para não se falar em invasões – termo técnico –, loteamentos irregulares, loteamentos clandestinos; as pessoas vivendo amontoadas, sem a mínima condição, sem água, sem luz, sem calçamento.

Então, o que eu quero dizer é que algumas questões estão sendo apontadas aqui como relevantes e fundamentadas no sentido contrário à aprovação do projeto, mas pensemos nós, aqui: um terreno que tenha 2 mil metros quadrados; ele tem uma testada, Rosane, de 40 ou de 50 por 40 ou 50 de fundos. Por que um cidadão que compra um terreno com 40 ou 50 de testada não poderia fazer uma casinha de três andares? Qual é o impacto negativo de ter 9 ou 12 metros de altura num terreno de 2 mil metros quadrados, que vem a ser, talvez, um sitiozinho?

E outra coisa: aqui é sem contar, obviamente, as previsões das contrapartidas que o Governo avaliou e, conforme o número de unidades habitacionais, sentados, reunidos lá na mesa redonda, na Cauge, definiram, se pelo número de unidades habitacionais e o número de pessoas que lá vai residir, vai ter que ter um posto de saúde, uma creche, uma escola, um parque ou uma estação de tratamento, como está aqui previsto. E o pessoal está confundindo, aqui no plenário, estão fazendo uma provocação, fazendo um comparativo com o Orçamento Participativo. Orçamento Participativo é outra coisa! Não tem que tirar dinheiro do Orçamento Participativo. Do Orçamento Participativo é para o Orçamento Participativo. Tem que respeitar o Orçamento Participativo e aquele gravame daquele recurso tem que ser usado lá no Orçamento Participativo. Aqui é contrapartida do empreendimento. Conforme o impacto do empreendimento, vai-se ter que fazer o arruamento. E aí não é rua apertadinha, ruazinha com cinco metros, que não passa um bombeiro, uma ambulância, ou vocês... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...ou vocês não sabem que na rua onde o camburão não faz a volta no fim ele não entra? Como é que vai chegar a ambulância? Como é que vai chegar o bombeiro? Como é que vai chegar o loteamento ou o ônibus se não tem estrutura viária? Quem vai fazer? É o empreendedor.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Márcio Bins Ely prossegue a sua manifestação de discussão do PLCE nº 005/15, a partir deste momento, por cedência de tempo da Ver.^a Mônica Leal.

O SR. MÁRCIO BINS ELY: Agradeço à Ver.^a Mônica Leal. Então, sem contar a RPPN, Ver. João Bosco Vaz, que é a reserva. Tem a previsão de parque, de praça, não é? Esse empreendimento tem características, parte é loteamento, parte é condomínio, e os equipamentos públicos são de uso coletivo. Então, sem contar, obviamente, aqui, que tem uma situação de uso misto, porque tem também a previsão da instalação de um hotel lá na ponta. Então, é com muita tranquilidade... E eu respeito, aqui, o pessoal. E eu quero dizer que inclusive teve um Vereador que veio à tribuna e se manifestou contrário ao metrô. Eu quero dizer que lá na Área de Ocupação Rarefeita, várias vezes, nós discutimos inclusive a presença de hipovias, Ver. Villela, porque é uma característica da região. Voltou, Ver. Cassio, para o debate, a questão do cinturão verde, da área rural. Nós

temos que ter uma previsão, realmente, de uma produção primária naquela região, mas não adianta nós querermos nos desconectar da realidade. A Cidade chegou lá em Belém, e ela está se expandindo. Se nós não organizarmos a Cidade, a questão do irregular, do clandestino, da invasão vai chegando, vai tomando conta. A ocupação intensiva agrega esta característica – as pessoas vão se chegando.

Então, nesse sentido, eu quero dizer que este projeto organiza a Cidade. Nós queremos aqui nos manifestar no sentido de aprovar este projeto. Quero enfatizar aqui: são 2 mil metros quadrados de terreno, para cada lote, significa 40 metros por 50 metros, Ver. Nedel. É só fazer o cálculo. Geralmente, os loteamentos têm, em média, 15 metros por 45 metros, ou 15 metros por 30 metros, preste atenção, às vezes as pessoas compram dois terreninhos num loteamento e ficam com uma testada de 30 metros por 30 metros, Ver. Mario Manfro. Quanto que dá ali? Novecentos, mil metros quadrados. Será que 2 mil metros quadrados é tão grande assim que não poderia acomodar uma casinha com 12 metros de altura? Aquilo ali será um condomínio, mas poderá se tornar num condomínio de sítios: as pessoas vão comprar aquilo ali para construir um recanto para passar o fim de semana, até que a cidade chegue lá. Alguns talvez morem lá.

Então, sem dúvida nenhuma, a previsão de uma reserva, com toda essa extensão de orla, que ela seja uma vez e meio maior do que toda a orla do Belém. Imaginem ali com recantos, com academias a céu aberto, com espaço de balanço, minichurrasqueiras. Enfim, o que a gente sabe que está previsto lá, que foi avaliado pelos mais de 60 representantes da Região de Planejamento 8, que são representados no Conselho pela Conselheira e pelos dois conselheiros suplentes, que debateram, que visitaram, que foram, que conversaram, que avaliaram a questão, inclusive, dos indivíduos arbóreos, das remoções, da preservação, do que não se pode mexer... Isso tudo é um diálogo com a sustentabilidade da Cidade, porque, quando se estrutura um ambiente tão grande, territorialmente falando, como a Cidade, e se coloca esgoto, água, luz, preserva-se ambientalmente esse tipo de ocupação urbana na Cidade. Ou será que o loteamento irregular ou clandestino, com esgoto a céu aberto, deve ser a solução para nossa Porto Alegre?

Eu quero dizer aqui que sou, obviamente, a favor do metrô, não por uma área de ocupação rarefeita... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Sou a favor do metrô, acho que Porto

Alegre merece ter um metrô e sou a favor da hidrovia, onde há uma área e um cinturão verde de produção primária. Se tiver que andar a cavalo, não tem problema; se tiver que andar de carroça, não tem problema. Mas lá na área rarefeita, lá onde as pessoas moram em terrenos com 2 mil metros quadrados; lá onde há produção de porcos, enfim, das plantações de pêssego, onde a Cidade tem uma tradição de criação de ovelhas, de lã... Então, é nesse sentido que venho me manifestar a favor da aprovação do projeto do arado.

Muito obrigado, Ver. Mônica Leal, por me ceder o seu tempo, e agradeço a compreensão dos que atentamente nos escutaram.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Apregoo a Subemenda nº 01, de autoria da Sofia Cavedon, à Emenda nº 01 ao PLCE nº 005/15.

Em votação o Requerimento de autoria da Sofia Cavedon, solicitando dispensa do envio da Subemenda nº 01 à Emenda nº 01 ao PLCE nº 019/15 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**

Defiro o Requerimento de autoria da Sofia Cavedon, que solicita que seja votada em destaque a Subemenda nº 01 à Emenda nº 01 ao PLCE nº 005/15

A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir o PLCE nº 005/15.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Presidente Mauro Pinheiro, eu ouvi, Ver. Márcio Bins Ely, atentamente cada uma das palavras que o senhor falou aqui desta tribuna, e dentro do festival de absurdos que o senhor falou, eu quero começar com um, muito claro. Eu nunca vi uma sustentabilidade do concreto, que significa construir espigões, destruir áreas naturais da cidade de Porto Alegre, rever a votação que fizemos há um mês que instituiu a zona rural, fruto da mobilização dos produtores. Eu nunca vi a sustentabilidade que prevê uma lógica de asfalto, concreto e, ao mesmo tempo, devastação ambiental. E, mais do que isso, acho muito grave quando fazem demagogia com a intervenção correta com relação ao metrô que o Ver. Alex falou aqui desta tribuna. Todos nós somos a favor do metrô, tanto eu quanto o Ver. Alex, só que nós somos a favor do metrô não só na época de eleição e não só na época de votar projetos que aumentam índices construtivos,

quando o metrô sequer existe; quando não tem metrô na cidade de Porto Alegre, porque a Prefeitura de V. Exa. não encaminha junto com os governos um projeto concreto para o metrô, para beneficiar a vida dos porto-alegrenses. E o metrô só volta para a pauta, quando tem projeto que entrega índice em lugar que está muito longe de ter metrô. É um absurdo, é o metrô da especulação imobiliária ou o metrô da época da eleição, não o metrô concreto para a população. Nós somos a favor do metrô, agora, aquele projeto que aumenta índice na área do metrô, é um absurdo, porque sequer tem metrô na cidade de Porto Alegre.

Terceiro: eu luto cotidianamente contra a criminalização da pobreza. Eu acho que a periferia precisa de lazer, precisa de cultura, precisa de emprego, precisa de posto de saúde. Essa ideia de que na periferia precisa de camburão, é de uma lógica extremamente perversa que criminaliza a pobreza cotidianamente no nosso Brasil, quando, na verdade, os camburões precisam andar em muitos Parlamentos por aí. Eduardo Cunha, conta na Suíça. Nós podemos fazer um debate ideológico profundo! Profundo, sobre a questão dos temas envolvendo a nossa república e também os Parlamentos brasileiros.

Por fim, quero falar sobre a área. Independente da avaliação do projeto, nós temos uma opinião muito clara contra a especulação imobiliária; nós temos uma opinião muito clara de que a zona rural de Porto Alegre e uma área que deveria ser preservada, foi inundada, foi infestada, invadida por uma lógica de benefício à especulação imobiliária. Os produtores se mobilizaram, garantiu-se 8% da área, quando deveria ser 30% da área da cidade de Porto Alegre retornando para Zona rural – foi apenas 8%, mas foi uma conquista. Este projeto tem áreas que perpassam a questão que votamos há três semanas, a questão do retorno da zona rural como parte da luta dos produtores. Independentemente disso, dessa discussão, acho que é extremamente grave que um terreno, que é evidente que é privado, mas que foi privado e foi vendido por um valor baixo, porque a ocupação prevista pelo Plano Diretor era uma ocupação de pouquíssimas, duas pessoas por hectare, e agora, com este projeto, passa para 40 pessoas por hectare. Então, na verdade, o projeto supervaloriza uma área que foi comprada por um valor ínfimo, diante das circunstâncias que se poderia construir até determinado momento, e, num passe de mágica, em uma votação, no dia 5 de outubro, que teve a nossa contrariedade na Mesa de Líderes, especula-se em mais de cem por

pág. 48

cento do valor original da área. Isso é um acinte! Isso é um desrespeito à inteligência de qualquer pessoa que nos assiste (Palmas), que compra uma caneta por R\$ 0,10 e vem uma lei que diz que aquela caneta, agora, tem a tampa de ouro, e aí ela passa a valer, sei lá, R\$ 5,00, e o empreendedor ganha e a Cidade perde. Porque a Cidade perde no ambiente, a Cidade perde área verde, perde respeito na medida em que se muda um projeto aos 45 minutos do segundo tempo. Eu acho extremamente complicada essa lógica, Presidente, apenas... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Muito obrigada, Presidente Mauro Pinheiro. Quando o povo se organiza para reivindicar uma área, como foi com as 14 Áreas Especiais de Interesse Social, que nós votamos, que nós derrubamos o veto do Governo, que nós mobilizamos com mais de 15 mil pessoas que não têm onde morar e que ocupam área, sim, porque é a luta do cotidiano para poder ter direito à moradia digna, a Prefeitura vai até a Justiça e tenta colocar uma Ação Direta de Inconstitucionalidade. E quando vem um acinte desses, que supervaloriza uma área, que torna uma área em que só poderia se construir pouco para uma área em que se pode construir muito, que concreta, que ataca a zona rural, que coloca especulação na Zona Sul, a gente vê esse conjunto de discursos defendendo os interesses dos especuladores imobiliários. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra para discutir o PLCE 005/15.

O SR. ENG^o COMASSETTO: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores, aqui tem várias discussões acontecendo. Mas eu quero tratar de um tema aqui que acredito ser o tema central do debate, que trata de um projeto de expansão urbana de uma área de 426 hectares junto ao Belém Novo. Trata-se de uma área de expansão destinada a quem? Destinada para habitações das classes A e B. Então, no momento em que nós estamos votando um projeto como esse, Ver. Ferronato, nós estamos discutindo uma questão que se chama mais valia da terra. Essa é a discussão. Quanto vai agregar de valor nessa terra e quais são as contrapartidas para a cidade de Porto Alegre?

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

O SR. ENGº COMASSETTO: Aqui está o trabalho que nós fizemos na relatoria do Plano Rural. Como vocês podem ver, naquele espaço está a ponta do Arado, e aqueles pontos em vermelho são todas as áreas irregulares existentes na região. Eu propus uma emenda, que está em debate – esse é um projeto grandioso, que está agregando valor à terra –, em que eu questiono quais serão as contrapartidas para a cidade de Porto Alegre? Alguém tem dúvida aqui que esse projeto será aprovado nesta Casa? Eu não tenho dúvida que ele será aprovado, então eu quero discutir quais serão as contrapartidas.

E aqui nós temos que fazer uma segunda análise: uma coisa é contrapartida, outra coisa são as medidas mitigadoras. Foi distribuído um material nesta tarde, e algumas coisas foram listadas. Por exemplo, continuação da Av. Heitor Vieira; fazer as redes pluviais; fazer as estações de tratamento; colocar táxis e outras questões, tudo isso tem que ser feito, senão inviabiliza o projeto. Então, são medidas mitigadoras. E quanto às compensações? Se nós olharmos aqueles mapas...

Bom, e aqui nós temos uma discussão, Ver.^a Mônica, entre pobres e ricos. Nós queremos que somente alguns ganhem ou nós queremos que todos ganhem? Eu estou aqui lutando nesta Casa ou em qualquer outro lugar que eu esteja para diminuir as diferenças sociais. Então, eu propus uma emenda, juntamente com os colegas do meu partido, e também conversei com outros, dizendo que as contrapartidas do referido projeto sejam destinadas para a regularização fundiária das comunidades irregulares da Região de Planejamento 8, que é essa região que está aqui. Esse mapa, o que está em verde, é o que votamos e aprovamos, há 15 ou 20 dias, dizendo que aquilo é Zona rural. Então veja só, estamos discutindo aqui uma questão da Cidade, uma questão de território, mas ao mesmo tempo uma questão de como nós podemos ajudar a diminuir as desigualdades da Cidade. E ajudar a diminuir as desigualdades da Cidade é nós viabilizarmos, quando há projetos grandes e fazermos com que a geração dessa riqueza também seja distribuída para a necessidade. Aprovamos uma emenda aqui, para a Zona rural, que foi assinada pelo Ver. Cassio, que diz o seguinte: “até o final de 2016 o Governo tem que identificar, mapear todas as áreas irregulares da região”. Assim como aprovamos em 2010 no Lajeado, na

Boa Vista, no Jardim Floresta e na Extrema; em seis meses o Governo deveria ter feito, mas o Governo não fez e alega que não tem dinheiro. Aqui tem dinheiro, contrapartida para investir, Ver. Cecchim, na regularização fundiária da região. Nós queremos que aquelas comunidades no entorno, e aqui está o nosso representante do Departamento Municipal de Águas e Esgoto, que diz que lá vai ser feito uma estação de tratamento... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Ao fazer estação de tratamento, tem que ligar à estação de tratamento essas comunidades que são irregulares, senão vão continuar jogando a água e os esgotos nas nascentes e nos riachos. Eu quero dizer aqui que votarei a favor do projeto, se essa emenda que propusemos for aceita pelo Governo.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para discutir o PLCE nº 005/15, por cedência de tempo do Ver. Cláudio Janta.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: O tempo é curto. Eu quero agradecer ao Ver. Janta, mas, na verdade, é para mostrar esse vídeo que está disponível na Internet sobre a área que estamos tratando. Acredito que nem todos os Vereadores fizeram a tal visita técnica, então, poderão ver a área nesse vídeo gravado com um *drone*. É um vídeo com não mais que três minutos. Não tem como botar som.

Eu não vou dar uma de comentarista, mas é uma área enorme. Para terem ideia do tamanho da mobilização social, foi alugado um *drone*, que fez essas imagens, mostrando áreas de preservação, banhados. Inclusive, algumas áreas que estão abaixo da cota terão que ser aterradas para conseguir ter a construção.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Vereadora, eu poderia aqui comentar o vídeo, mas acho que as imagens aqui estão falando por si só: o tamanho da área, a riqueza, a biodiversidade, muitas áreas alagadas, que terão que ser aterradas. Digo isso como uma oportunidade de muitos Vereadores conhecerem a área. Acho que não custou muito barato fazer essas imagens, porque há o custo do tempo de aluguel do *drone*. Mas dá

uma dimensão da área que estamos votando. Isso é, ainda, um pedido para uma sensibilização do impacto que estamos gerando para a Cidade. Vejam, alguém falou aqui que 1.500 automóveis também terão que sair do condomínio – duvido que uma pessoa que compre uma casa lá no condomínio venha de bicicleta até o Centro. Então, virão com seus automóveis particulares; é um impacto para a Cidade toda. Talvez, o Ver. Cecchim esteja falando em ciclovias de lazer, nós estamos falando naquelas bicicletas como mobilidade urbana. Então, será um impacto enorme para toda Cidade. Obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação nominal, solicitada pelos Vereadores Dr. Thiago e Nereu D'Ávila, a Emenda nº 01 ao PLCE nº 005/15. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 31 votos **SIM**.

Em votação a Subemenda nº 01, destacada, à Emenda nº 01 ao PLCE nº 005/15. (Pausa.) A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação da Subemenda nº 1, à Emenda, destacada, nº 01 ao PLCE nº 005/15.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Só explico que o que estamos propondo, na Emenda aprovada, Emenda nº 01, os Vereadores Dr. Thiago, Paulinho Motorista e Airto Ferronato estão propondo, como contrapartidas, a execução do Estudo de Viabilidade, o projeto arquitetônico, o projeto básico e projeto executivo para a construção de um centro de meio ambiente, com a finalidade de impulsionar estudos nas áreas de mudanças climáticas, alternativas energéticas, recursos hídricos, desenvolvimento de agricultura sustentável e esportes náuticos para atletas de alto rendimento.

Vejam, senhores, um projeto, um Estudo de Viabilidade, um projeto arquitetônico básico não é nada para uma empresa que adquiriu uma área daquele tamanho e que está levando tanta densidade, tanta alternativa em regime urbanístico. Então nós construímos uma subemenda tirando o “para” e colocando um “e”; é um projeto “e” a construção de um centro do meio ambiente com finalidade de impulsionar esses estudos.

Parece-me que é muito tranquilo e exequível exigir que seja construído um pavilhão para que, de fato, venha a acontecer, porque, na verdade, se não for amarrado à lei, é muito complicado para o Município, depois, conseguir qualquer contrapartida. Às vezes, no próprio licenciamento, que não é lei, as empresas enrolam, inventam mil e uma questões

e não realizam as contrapartidas mitigadoras. Olhem só o caso da AOS no entorno da Arena: foi preciso a Justiça. E as contrapartidas, que são treze obras, ainda têm prazo até 2020! E dos torcedores do Grêmio e de todas as torcidas, a maior queixa é em relação ao caos para chegar e para sair da Arena do Grêmio. Agora, vocês imaginem o que sofrem as comunidades do entorno – como a Vila Farrapos e o Humaitá – com aquelas vias, como está a Av. A. J. Renner, que não tem acostamento, que tem aquele caos no trânsito. Imaginem como andam as pessoas, as crianças, no meio da rua, no barro, na poeira. E a contrapartida, que não estava em lei, que estava no licenciamento, a Prefeitura acabou transformando apenas em projetos, e, depois, a Justiça acabou recompondo o que era para ser, só que até 2020.

Então a minha proposta é que nós, de fato, não estabeleçamos um sonho, uma série de intenções bem bonitas, enganando a nós mesmos e à comunidade, porque a empresa está levando muito dinheiro a partir dessa votação, mas muito dinheiro! O que valia R\$ 10,00, vai valer R\$ 1 mil, R\$ 10 mil ou R\$ 100 mil, a partir da tarde de hoje, para a Fazenda do Arado, e é muito importante que a população saiba. Não é possível que a gente exija, quem sabe, um projeto, um estudo de viabilidade, um desenho... Se é para levar a sério, é para levar a sério! Vamos escrever que é para construir; que a comunidade da zona rural, que toda aquela comunidade organizada vai ter um centro de estudo, em que vai ter pesquisa, tendo onde fomentar alternativas sustentáveis para dialogar minimamente com a área maravilhosa que, agora, foi exposta, e que, lamentavelmente, grande parte vai receber loteamentos. Nós gostaríamos que se tornasse um belo parque.

Faço aqui um apelo ao conjunto dos Vereadores. O nosso voto, hoje, representa muita coisa. Não é o meu projeto de Cidade, mas, pelo menos, o que estamos escrevendo aqui, vamos fazer a sério. Um desenho, uma alternativa, que é o que estava previsto para a OAS, é debochar da comunidade do entorno, que tem expectativa de receber alguns benefícios em troca do impacto que vai ter quanto à mobilidade urbana, ao trânsito, ao uso dos ônibus, à poluição, etc. Espero o voto favorável.

(Não revisado pela oradora.)

O Sr. Dr. Thiago: Só um esclarecimento. Essa questão, trazida pela Ver.^a Sofia, me parece que está contemplada na Emenda nº 01. Só essa observação.

A Sra. Sofia Cavedon: Apenas para recompor, Dr. Thiago, apenas está previsto o projeto na Emenda nº 01, não está prevista a construção. Nós estamos propondo que além do projeto, do Estudo de Viabilidade, se construa o pavilhão. É bem diferente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Está feito o registro. Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Kevin Krieger, a Subemenda nº 01 à Emenda nº 01 ao PLCE nº 005/15. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 8 votos **SIM**; 24 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Engº Comasseto, a Emenda nº 04 ao PLCE nº 005/15. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 28 votos **SIM**; 1 voto **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Kevin Krieger e pelo Ver. Cláudio Janta, a Emenda nº 03 ao PLCE nº 005/15. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 11votos **SIM**; 20 votos **NÃO**.

Em votação o PLCE nº 005/15. (Pausa.) A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 005/15.

A SRA. JUSSARA CONY: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, companheiros da luta pela reforma urbana e da luta ambiental, que estão aqui acompanhando a votação deste projeto; esse projeto, antes de mais nada, coloca duas concepções de cidade: a cidade para todos e a cidade dos que detêm o poder econômico, poder este que se contrapõe radicalmente à função social da terra. É disso que estamos tratando, hoje, aqui. Não dá para mascarar esta discussão e a concepção. São duas concepções antagônicas de cidade.

Está certa a minha companheira Titi quando afirma que esse projeto deveria ter feito parte da discussão do Plano Diretor. Sim, porque o gestor estaria pensando a cidade a partir de um planejamento estratégico para o desenvolvimento, que leva em consideração o ambiente, a cultura, as vocações da terra, que estão ligadas à natureza, e as vocações dos seres humanos, que, pela sua diversidade cultural e de conhecimento, são os que verdadeiramente podem fazer prosperar, através de cadeias produtivas, o desenvolvimento para todos, seja na Zona rural, seja na Zona urbana. Até porque o

desenvolvimento da zona rural tem um impacto extremamente positivo na zona urbana de uma cidade.

Eu acho que está posto nessa discussão que o gestor, ao enviar este projeto deslocado das próprias decisões das conferências da Cidade – já estamos na quinta conferência –, sob a ótica da reforma urbana e de tudo que ela envolve, inclusive a função social da terra e do Estatuto da Cidade, que é a lei maior. Está completamente deslocado de todo o processo de participação popular e de luta inclusive para nós implantarmos nesta Cidade algo que ainda não tem, que é um projeto nosso, que é o Conselho Municipal das Cidades, para aprofundar a discussão de que cidade que nós queremos. O gestor, ao fazer isso, pavimenta o caminho para o aprofundamento da divisão da nossa Cidade entre excluídos e especulação imobiliária; e nós sabemos quem ganha. É o poder do Estado a encaminhar a parte de toda a legislação – Plano Diretor, vou falar no Plano Diretor e na última lei que aprovamos aqui da zona rural de Porto Alegre, recentemente, que se encaixa, é claro, no Plano Diretor –, que são instrumentos de planejamento, numa cidade que não tem o que seria fator para o seu desenvolvimento até hoje que é o zoneamento econômico, ecológico e social. Porto Alegre não tem! Por isso essas aberrações. Aí, ao mudar os instrumentos de planejamento, de acordo com os interesses de grupos econômicos, a Cidade está sem transformando numa colcha de retalhos, que gera os prejuízos da marginalização da Cidade, sejam na educação, sejam na segurança, sejam no lazer. Eu acho que os companheiros têm razão. Nós estamos aqui votando até para prestigiar a luta e a unidade de alguns companheiros, as tais compensatórias, mas nada compensa o que está sendo feito com esta Cidade ou o que vão fazer. É disso que se trata!

O Ver. Márcio Bins Ely veio aqui e disse que tem uma concepção diferente. É claro que ele tem uma concepção de cidade completamente antagônica à nossa, porque ele pensou no camburão! Eu nem pensaria na ambulância da SAMU; eu pensaria nas Unidades Básicas de Saúde lá e em toda a cidade de Porto Alegre. Ali é a porta de entrada para deixarmos de trabalhar com doença e com morte para trabalharmos com vida e saúde. E eu acho que é de vida e saúde que se trata também o que se vai votar aqui. Agora é isso: é concepção de cidade, são interesses de um lado e a luta de outra. E o resultado está mostrando. Por isso que eu acho que nós temos muito que lutar ainda e digo, mais uma vez: uma das lutas que está posta é a criação do Conselho Municipal das Cidades, para

que a Cidade não seja governada, na sua grande maioria, pelos interesses econômicos. Nós sabemos que os interesses econômicos que perpassam uma votação como esta são nocivos, inclusive, para a democracia.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 005/15.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Presidente Mauro Pinheiro, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, a Bancada do PT tem uma posição diferente, que será manifesta pelo Ver. Eng^o Comassetto, que aprovou uma emenda priorizando regularização fundiária naquela área. Nós vamos acompanhar e exigir o cumprimento dessa emenda, Ver. Eng^o Comassetto, mas a nossa Bancada tem um acúmulo, na visão geral, um pouco diferenciada. Nas emendas que propusemos ficou comprovado que, infelizmente, a municipalidade não prima pelo interesse público; o gestor, na cidade de Porto Alegre, em inúmeras votações, em inúmeras decisões, tem uma postura que favorece o uso da terra para a especulação imobiliária, para o enriquecimento, para o beneficiamento e para o sobrelucro. Quando comprou essa área, o empreendedor o fez como área rarefeita, toda ela. Uma área rarefeita, se assim mantida, por posição de respeito ao Plano Diretor, de respeito à ambiência da Zona Sul, de um Executivo que tivesse essa prioridade política, esse empreendedor deveria explorar como um parque, com atividades integradas à natureza, para o turismo, para o lazer, para a sustentabilidade, para a harmonização com a Zona rural. Então, há uma possibilidade, sim, de o gestor da cidade de Porto Alegre, de os Legisladores e de as Legisladoras, que não têm obrigação nenhuma, não há imperiosidade nenhuma de se fazer a alteração que esta Casa está fazendo hoje! Nenhuma! Nada nos obriga, ninguém obriga o gestor, o Prefeito da cidade de Porto Alegre a conceder os índices construtivos que está concedendo. Nenhuma explicação factível foi trazida a esta tribuna para dizer: “Vejam, senhores, estamos com um problema social gravíssimo”. Não! O empreendedor quando comprou, comprou sabendo o que comprava; comprou área rarefeita, área belíssima, área de campo, área de banhado, área de beira do rio Guaíba, área de mata nativa, Área de Preservação Ambiental – comprou assim essa área! E só está sendo alterada por uma decisão política do Prefeito, do Vice-
pág. 56

Prefeito, e da maioria desta Casa. É uma alteração gratuita, de concessão de lucro, de concessão de recurso, de concessão de mais-valia da terra. E a terra, segundo o Estatuto, segundo a Constituição, tem um sentido social muito diverso do sentido que está sendo dado nesta Casa. É lamentável que nem as contrapartidas mais concretas se consegue amarrar, porque há uma área de preservação enorme e que não tem garantias de que ela terá manejo, vitalização, cuidado, porque tudo que é abandonado traz custo para a Prefeitura. Não tem garantia que o impacto que esse empreendimento causará, de forma gratuita, fortuita, e o Município está concedendo a viabilização; não há garantia nenhuma dimensionada de que todo o impacto que vai gerar na Zona Sul está mitigado, está resolvido, seja viário, seja ambiental, seja o atendimento à população com equipamentos de saúde, segurança. Logo, logo estaremos vendo o grito porque não tem policial, porque não tem segurança. Ou seja, a Prefeitura concede o benefício, concede lucro, concede superválio e vai entregar para a cidade de Porto Alegre as consequências do que é necessário fazer a partir do impacto daquele espaço. Queria deixar claro à população que uma emenda eventual não preside a nossa opinião principal. Nós já sabemos o que vai acontecer nas votações aqui, já está predeterminado por maioria. O que quero deixar claro, de novo, é a responsabilidade do gestor e dos Vereadores que agora votam: não tinha necessidade nenhuma imperiosa de fazer a dívida para um empreendedor como esta Casa está fazendo, isso não é do interesse público; isso lesa o interesse público... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 005/15.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Obviamente, este projeto não vai ser votado por unanimidade. Tenho toda a certeza disso, porque é um escândalo que se sobrevalorize essa área sem sequer... De qualquer maneira, seria um escândalo uma área rarefeita se transformar em uma área intensiva; uma área, onde se poderia construir 0,1, passar para 1,5; uma área que poderia ser ocupada por duas pessoas por hectare, ser transformada em uma área que pode abrigar 140 pessoas por hectare; uma área verde, como nós

vimos aqui na apresentação que o Ver. Marcelo trouxe, ser transformada em uma área de concreto, hotel, condomínio de luxo, numa lógica que mostra bem qual tem sido a política do Governo Fortunati/Melo para a cidade de Porto Alegre. É uma lógica de beneficiar os interesses da especulação imobiliária e de fazer, na verdade, com que os espaços públicos, ou, nesse caso, os espaços verdes sejam utilizados para o fim de gerar lucros exorbitantes para meia dúzia. Porque ninguém vai me convencer que um terreno que foi comprado como rarefeito, ter uma mudança brutal no Plano Diretor, assim, como está sendo votado, com a contrariedade do Conselho Municipal do Plano Diretor, com a contrariedade de várias lideranças, dos movimentos sociais, se sobrevalorize numa votação na Câmara e na sanção do Prefeito.

Eu me inscrevi, na verdade, para falar do escândalo que é a emenda que garantia o acesso público à orla ter sido rejeitada. Ela é muito sintomática, lamentavelmente, porque mostra que sequer o óbvio, que é orla, que está prevista no Plano Diretor como área de proteção permanente, que está prevista como uma área de interesse cultural, que deve servir como esporte, cultura, lazer, espaço público está garantido. Isso significa que o plano perverso, que na verdade está sendo operado no conjunto da Cidade, que passa por espigão e *shopping center* no Cais Mauá, que passa por espigão no Pontal do Estaleiro, que só não virou residência porque teve uma mobilização gigante dos estudantes, dos ativistas, dos ambientalistas, que conquistou uma consulta popular, onde 80% das pessoas que votaram disseram que não queriam espigões na orla, e a Prefeitura aceitou os serviços. Nós sabemos que foi uma alteração do Plano Diretor lá do Governo Tarso Genro, e nós tentamos rever com um projeto de lei revogando a Lei nº 470 e tivemos apenas três votos favoráveis ao nosso projeto de lei, que proibia qualquer tipo de construção na orla do Guaíba. Mas esse plano também passa pelo arado, esse plano passa por uma lógica de privatizar os espaços públicos de convivência e entregar para os especuladores. Esse plano joga, na verdade, sempre o sucateamento das áreas públicas, o desmonte da área, por exemplo, como a orla do Guaíba; depois gravam no orçamento dinheiro para a revitalização da orla e não executam um centavo, para depois ainda entregar para um empreendedor, vinculando o projeto de revitalização com espigão, com benesses, com *shopping center*, com estacionamento para 4 mil carros, com impacto no ambiente, com impacto no trânsito, com impacto no trabalho.

Nós recebemos terça-feira, na Comissão de Direitos Humanos – e todos os Vereadores da Comissão de Direitos Humanos estavam presentes –, os ambulantes do Gasômetro, que estão sendo impactados pelo projeto da orla do Guaíba, que seriam retirados do direito de vender as suas mercadorias que exercem há décadas na cidade de Porto Alegre! E, na Comissão, o Secretário Goulart, da SMIC, disse que estaria com os trabalhadores, contra o ataque ao direito ao trabalho. E qual a nossa surpresa quando, hoje, os trabalhadores estão sendo atacados e estão sendo perseguidos pela SMIC, que diz que os trabalhadores não podem mais trabalhar na orla do Guaíba. Então é uma lógica de privatização de todos os espaços públicos, inclusive atacando o direito ao trabalho de pessoas que há décadas estão trabalhando nessas áreas.

Quero registrar a nossa contrariedade a este projeto, mas a nossa certeza histórica de que este modelo está sendo questionado, que as mobilizações, no mundo inteiro, que ocupam as praças e que lutam pelos espaços públicos de convivência têm aumentado, que em Porto Alegre o Movimento do Cais deixou bem claro, na audiência pública, que a maioria é contra o *shopping center* e a revitalização das elites ao invés... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...ao invés da revitalização do povo. Os mesmos que lutaram para que não houvesse perseguição aos artistas de rua, garantindo que aquela proposta de decreto fosse abortada, fosse arquivada.

Nós estamos, na verdade, com a convicção histórica de que o movimento, a luta organizada, os movimentos coletivos e a luta de todos aqueles e aquelas que não silenciam e não aceitam uma lógica de defesa de interesses privados, essa luta tem que se fortalecer, essa luta tem que ocupar as ruas, essa luta tem que mostrar que a maioria da população não concorda com a maioria do Parlamento, para que a gente possa, de fato, conquistar uma verdadeira democracia em que o povo controle a política econômica. (Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Aprego o PLCE nº 021/15, de autoria do Executivo.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Cláudio Janta, o PLCE nº 005/15. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 27 votos **SIM**; 6 votos **NÃO**.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para a leitura da sua Declaração de Voto.

O Sr. Engº Comassetto: (Lê.): “Este projeto agrega valor ao solo e amplia o perímetro urbano de Belém Novo. No entorno de Belém Novo e do projeto existem inúmeras comunidades irregulares. Propusemos a Emenda nº 4, que prioriza as contrapartidas para as regularizações fundiárias das comunidades da Região 8, portanto, voto SIM. Atenciosamente, Ver. Engº Comassetto.”

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em discussão o PLE nº 024/15. (Pausa.) O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para discutir o PLE nº 024/15.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, estamos então discutindo o projeto de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2016. Foram amplamente discutidos o projeto e as 33 emendas. O meu Relatório foi muito detalhado e está à disposição dos Srs. Vereadores e das Sras. Vereadoras. Nós aprovamos 8 emendas e rejeitamos 25. Então, coloco à discussão para o Plenário examinar esse Relatório. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O Sr. Reginaldo Pujol (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Reginaldo Pujol. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Não há quórum.

(18h28min) Está encerrada a Ordem do Dia.

O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo Governo.

O SR. MÁRCIO BINS ELY: Agradeço ao Ver. Kevin Krieger, que me concede o tempo de liderança do Governo, tendo em vista que o Ver. Nereu D’Avila já havia falado em nome do PDT, e também em vista do acordo com as demais lideranças. Eu queria aproveitar a

oportunidade, porque sei que os colegas Vereadores e Vereadoras – público que nos assiste nas galerias e na TVCâmara – estiveram todos envolvidos, neste domingo, na eleição para o Conselho Tutelar em Porto Alegre, em toda Região Metropolitana e em todo o Brasil. Foram eleições simultâneas, e, aqui na Capital dos gaúchos, nós temos uma composição de dez regiões, com cinco integrantes eleitos que vão representar o Conselho Tutelar em cada Microrregião. Portanto, vamos ter 50 conselheiros e conselheiras tutelares. Quero desejar êxito a esta gestão, que vai de 2016 a 2019, serão quatro anos de gestão. Nós sabemos que o Conselheiro Tutelar tem a responsabilidade de zelar e cuidar das nossas crianças e adolescentes, e também a gente sabe o tamanho da dificuldade dessa eleição. Está aqui o Ver. Delegado Cleiton, a quem eu cumprimento também pelo êxito no processo, outros Vereadores que também se envolveram, tiveram a sua contribuição nesse contexto, apoiando pessoas comprometidas com a causa do adolescente, da criança, que tanto necessitam do amparo do Conselho Tutelar e que, muitas vezes, têm somente no Conselho Tutelar uma salvaguarda, uma mão estendida para várias soluções do cotidiano da nossa Cidade.

E quero dizer que é uma eleição muito difícil, Ver. Pujol, porque é uma eleição onde cada eleitor pode votar em cinco pessoas. Então, eu quero aqui cumprimentar também todos aqueles que, de uma forma e outra, foram lá para dar a sua contribuição – os que se elegeram, mas também os que não se elegeram –, porque a gente sabe o quão importante é que pessoas boas participem da política e dos processos eleitorais. E, sem sombra de dúvida, também é um contexto eleitoral, é preciso que a pessoa se prepare, tenha cursos de aperfeiçoamento, de noções, de lida com crianças e adolescentes. Tem que se submeter a uma prova, tem que ir lá, tem que estudar, tem que conhecer o ECA, tem que ter uma condição emocional técnica até, eu diria assim, tem que passar por um exame psicotécnico para aguentar, às vezes, as injustiças e a realidade da vida cotidiana, dos abusos de crianças e adolescentes. Então, para esses guerreiros, esses heróis que estão aí assumindo essa responsabilidade fica aqui o nosso reconhecimento. Como pude observar, estive visitando algumas comunidades ontem, e também aqui acompanhei a apuração dos votos na Câmara. Realmente é uma eleição onde as pessoas fazem com muito amor, com muito zelo, com muita dedicação, pedem a oportunidade de assumir a responsabilidade, como falei, para zelar pelas crianças e adolescentes em Porto Alegre.

Então, fica aqui o nosso reconhecimento, agradeço ao Líder do Governo pela atenção.
Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O Sr. Cláudio Janta (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a transferência do Grande Expediente e do período de Comunicações de hoje para a próxima Sessão, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Pauta.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Cláudio Janta. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria da Ver.^a Fernanda Melchionna, que solicita que seja retirado destaque da Emenda nº 18 do PLE nº 024/15.

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, que solicita que sejam votadas em destaque as Emendas nºs 10, 11, 12, 13, 30, 31, 32, 33 ao PLE nº 024/15.

O Sr. Delegado Cleiton: Quero parabenizar aqui a nossa Secretária Adjunta Karina D'Avila, filha do Ver. Nereu D'Avila, que teve nenê nesta semana.

Quero também parabenizar os cinquenta conselheiros tutelares eleitos agora, neste domingo, em especial o Gabriel Faé de Freitas, meu filho.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Feito o registro, Ver. Delegado Cleiton. Passamos à

PAUTA

O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. MÁRCIO BINS ELY: Excelentíssimo Sr. Presidente, na pessoa de V. Exa., cumprimento os demais Vereadores e Vereadoras; público que nos assiste nas galerias e pela TVCâmara; senhoras e senhores; casualmente tenho três projetos de iniciativa nossa

que estão na Pauta hoje. Então, eu não poderia aqui me furtar de fazer uma intervenção para justificar também algumas dessas iniciativas que são oportunas. O Ver. João Carlos Nedel disse que, numa dessas intervenções que estamos propondo aqui – a que denomina a Praça Jorge Roberto da Silveira o logradouro não cadastrado no Loteamento Wenceslau Fontoura –, esteve visitando a comunidade e que, numa outra oportunidade, há alguns anos, tentou dar uma nomenclatura a essa praça, mas que ali havia uma ocupação, com algumas pessoas morando de maneira irregular, clandestina, na praça. Nós fizemos um abaixo-assinado, e, com a sensibilidade da comunidade, foi possível construir um nome para a praça, com algumas situações envolvendo essa peculiaridade. Então quero agradecer às lideranças – Conselheira Tutelar Aline, Wesley, Ângela, pessoal do Sase –, que compreenderam a importância e nos ajudaram a articular o abaixo-assinado para essa nomenclatura.

Quero também fazer menção a dois projetos que estão em 1ª Sessão de Pauta – porque este já está em segunda. O primeiro deles obriga a divulgação da nomenclatura do SUS, do seu símbolo oficial e do número de sua ouvidoria nacional nos espaços que especifica, bem como obriga os laboratórios conveniados com o SUS a afixarem relação dos exames realizáveis pelos SUS nesses estabelecimentos. Muitas vezes, a pessoa chega ao hospital, chega ao laboratório e, sem saber que aquele estabelecimento é conveniado ao SUS, é orientada de outra forma e acaba pagando. Então, essa é uma iniciativa para que se dê visibilidade ao SUS em Porto Alegre.

Resumidamente, porque já estamos com o nosso tempo se esgotando, temos outro projeto de lei, também, na área da educação, que é o PLL nº 205/15, que determina a entrega aos alunos de estabelecimentos de ensino municipais, no ato da matrícula ou no primeiro ano de cada ciclo, a síntese biográfica da pessoa cujo nome denomina o estabelecimento de ensino. Por que estamos fazendo esse tipo de iniciativa? Para que os alunos saibam... Por exemplo, para aluno que estuda lá no Instituto de Educação General Flores da Cunha, Ver.^a Mônica Leal, que venha uma biografia mostrando quem foi Flores da Cunha. Às vezes, o pessoal não sabe. Eu cito o exemplo do meu querido parente, que me antecedeu na política, o Alberto Bins. Será que o pessoal sabe que Alberto Bins foi Prefeito em Porto Alegre durante dez anos? Que foi o responsável por fazer a Usina do Gasômetro, o Viaduto Otávio Rocha e tantas outras iniciativas na nossa Cidade? Acho que muita gente não sabe. Então é nesse sentido. Que nós tenhamos, na Escola Padre

pág. 63

Reus e em outras escolas que têm nomenclatura de pessoas que fizeram a história do nosso País, do nosso Estado, da nossa Nação, essa informação – pode ser em uma lauda, em meia lauda –, para incentivar que as pessoas saibam os porquês dessas homenagens que representam dar o nome de uma pessoa a uma escola. E que as crianças saibam quem foi aquela pessoa que leva o nome da sua escola. É com esse objetivo que estamos neste período de Pauta para comentar esses três projetos: na área da Saúde, na Educação e um que diz respeito a nomenclaturas de territórios lá Wenceslau Fontoura, que é uma comunidade importante quase na divisa com Alvorada, que nos dá a oportunidade de dar esse nome para essa praça. Muito obrigado pela atenção.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a Pauta. (Pausa.) Ausente. O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, na discussão de Pauta de hoje, há vários assuntos importantes em 1ª Sessão, dos quais poderei me dedicar em nova oportunidade, o que não acontece com os projetos que estão em 2ª Sessão. Entre os quais, um deles me chama a atenção particularmente. É de autoria do Ver. Alberto Kopittke, que obriga o cadastramento de torcedores no ato da venda ou da doação de ingressos para partidas oficiais de futebol realizadas em estádios que comportem mais de dez mil lugares e dá outras providências. É difícil se entender o que efetivamente se pretende com esse projeto. Sabem o que é num jogo, como, há pouco ocorreu, na Arena, em que entre pagantes e não pagantes, tinha mais de 45 mil pessoas na área de expedição do convite que, em regra, poderá ser pela Internet ou não, se fazer 45 mil cadastramentos. Qual é a facilidade que se dará ao dono do estádio em que se realiza essa obra? Em Porto Alegre tem somente dois locais em que cabem mais de 10 mil pessoas, é a Arena do Grêmio, e o Estádio do Beira-Rio. O restante está abaixo de 10 mil. Então, nós queremos fazer uma lei obrigando esse cadastramento de difícil execução para apenas dois estádios de futebol. Sr. Presidente, a lei deve ser geral e deve contemplar todo um universo. E parece até que o Ver. Kopittke está querendo oficializar a

dupla Gre-Nal como sendo a única praticante de futebol no município de Porto Alegre. Nós temos o Esporte Clube Cruzeiro que está indo se instalar no seu estádio em Cachoeirinha. Nós já perdemos outras equipes; o Esporte Clube de São José, daqui a uns dias, vai ser preterido. Hoje tem um estádio que comporta 4 a 6 mil pessoas, no máximo. É um belo de um estádio! A maioria dos jogos pelo Campeonato Gaúcho não tem um público maior do que isso. Com exceção de quando joga a dupla, em jogos muito importantes, especialmente naquele período em que o Campeonato Gaúcho inicia, que é entre janeiro e fevereiro, período em que a maioria das pessoas se desloca em fins de semana para o Atlântico Sul. Fora disso, muito pouca coisa acontece na Cidade durante esse período em termos de futebol.

Então, essa lei é para penalizar o Grêmio e o Internacional, porque ousaram fazer grandes estádios, para oferecer conforto aos seus associados, aos seus torcedores, à população que gosta de futebol na cidade de Porto Alegre. Essa exigência de cadastramento, cuja finalidade buscarei entender ao longo de um exame mais aprofundado desta matéria, é uma prova inquestionável de que existe um delírio, legiferante nesta Casa. Quer se fazer processo sobre tudo e sobre todos, e a grande maioria deles vêm precedida da expressão “obriga”, e isso me coloca numa posição – vou confessar – de verdadeiro preconceito. A expressão obriga me afasta da simpatia com as propostas. Por isso Ver. Nedel, V. Exa. que é um brilhante Vereador da Casa, que se caracteriza por procurar facilitar a vida de Porto Alegre, denominando a totalidade das suas ruas, e permitindo que o Correio e Telégrafos possa chegar com naturalidade e com facilidade. Eu tenho que oferecer restrições prévias a esse projeto, que, evidentemente, poderão ser amainadas ao longo da sua instrução, ou aprofundadas – por hipótese – caso se confirmem aquelas impressões primeiras que esse projeto me oferece, que são, pura e simplesmente, procurar utilizar a grande mídia, as duas grandes equipes de futebol que dispõem em Porto Alegre, para através delas, haver divulgações de propostas que, sinceramente, eu tenho enorme dificuldade de compreendê-las. Era isso, Sr. Presidente.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Visivelmente não há quórum. Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
095ª Sessão Ordinária 05OUT2015

(Encerra-se a Sessão às 18h45min.)